



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - LEI ROUANET			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0046/17	DATA: 22/02/2017	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 14h33min	TÉRMINO: 18h04min	PÁGINAS: 106
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
BRUNO VAZ AMORIM - Produtor de eventos.			
FELIPE VAZ AMORIM - Produtor de eventos.			
SUMÁRIO			
Tomada de depoimento dos Srs. Bruno Vaz Amorim e Felipe Vaz Amorim.			
OBSERVAÇÕES			
Houve intervenções inaudíveis. Há palavras ou expressões ininteligíveis.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da 16ª Reunião Ordinária da CPI da Lei Rouanet.

Encontram-se, sobre as bancadas, cópias da ata da 15ª Reunião, e pergunto aos Sr. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Izalci Lucas.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Ordem do Dia.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. Bruno Vaz Amorim, produtor de eventos, e do Sr. Felipe Vaz Amorim, produtor de eventos.

Convido, portanto, o Sr. Bruno Vaz Amorim a tomar assento à mesa.

Eu já vou chamar os dois, porque acho que não há nenhum problema, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Podem ser chamados juntos; já estão com *habeas corpus*.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, concluímos o do Bruno.

Solicito ao Sr. Felipe Vaz Amorim que aguarde o momento da tomada do seu depoimento na sala da CPI.

Eu, antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido aos depoentes será de 20 minutos, não podendo ser aparteados.

Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente.



O Relator disporá de 30 minutos para as suas interpelações, e o autor do requerimento disporá de 10 minutos para suas interpelações. Cada membro terá o prazo de 5 minutos, e cada Deputado não membro inscrito terá o prazo de 3 minutos.

Deve-se atender às formalidades que são fixadas pelo Regimento, mas tendo em vista a apresentação de *habeas corpus*, não será feito, então, o termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, cujo teor não precisamos ler.

Eu quero apenas dizer-lhe, Sr. Bruno...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu gostaria, até com a contribuição da assessoria, o primeiro depoente é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bruno.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bruno. Ainda que ele se valha de um *habeas corpus*, pelo que eu avalio, ele pode, ao longo aqui das perguntas que eu tenho para formular, se dispor a responder. O termo de compromisso, eu acho que, nesse caso, deveria ser apresentado, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com *habeas corpus*, não.
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Já vem previsto no próprio teor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tudo bem. Mas, de qualquer forma, eu vou insistir, verificar se há a disposição de colaborar e responder às perguntas que nós temos, e aí fica facultado a eles, se quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O que eu iria exatamente solicitar ao Sr. Bruno, mesmo sabendo que ele se encontra munido do *habeas corpus*, é o seguinte: se ele, diante de um caso tão grave, diante de denúncias tão consistentes — nós já começamos a ter o compartilhamento dessas informações através dos relatórios da CGU, através do compartilhamento com a Polícia Federal e de várias informações da Receita Federal —, como serão feitas perguntas, se ele quiser, mesmo com o *habeas corpus*, se ele se sentir no direito de cooperar, eu



acho que a CPI e o País vão agradecer muito. Não querendo, é um direito constitucional que nós temos que respeitar.

Portanto, eu vou conceder a palavra ao Sr. Bruno Vaz Amorim, por 20 minutos, não podendo ser aparteado.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Primeiro, boa tarde a todos. Eu queria agradecer à Comissão, ao Presidente da Comissão, Deputado Alberto Fraga, a às Excelências aqui presentes. Independentemente do *habeas corpus* que foi impetrado pelo meu advogado, eu tenho a responsabilidade de estar aqui para cooperar com o trabalho que está sendo feito. Eu sei do empenho que vocês estão tendo, ao longo desses anos, desses meses, que eu estou acompanhando. E a minha ideia é estar aqui para a gente poder ajudar, com toda a minha experiência aí, que não foi tão grande, de tanto tempo, mas poder dividir com vocês um pouquinho da experiência que eu tive com a Lei Rouanet. Se eu não me engano, a Lei Rouanet é de 1992. Acho que ela tem quase a minha idade, praticamente. Então, assim, eu comecei a trabalhar na... A Lei é de 1992, eu comecei a trabalhar mais ou menos quando eu tinha 20 anos, há mais ou menos uns 5 anos, com a Lei Rouanet. No caso, assim, eu sempre atuei na área de captação de patrocínio dentro das empresas, e eu trabalhei com captação no mercado mesmo, assim, tá? O meu pai tinha uma empresa, que foi uma empresa constituída aí pela família. E eu fiz faculdade de Relações Públicas, e acabei entrando nessa área aí de captação de patrocínio porque era o que... Sempre tive bom relacionamento com... No meio de... Sabia me dar bem com as pessoas, conversar. E eu me empenhei aí na parte de aprender um pouquinho como funciona a Lei, que é bem complexa. Até hoje eu aprendo ainda um pouquinho, e sempre na área de captação de patrocínio, tá? Não sei se todos sabem, mas, pela Lei Rouanet, tem uma verba de 10% de captação que é para o captador, que faz essa intermediação aí de patrocínio, tá? Então, assim, eu não era remunerado, eu nunca fui remunerado com salário, mas, assim, eu trabalhava na parte de prospecção mesmo, assim, de estar falando com os patrocinadores, entendendo a parte de atender ao Ministério da Cultura... Indo nessa área, tá? É... O que mais? É... Eu acho que é isso, assim, para fazer uma abertura, basicamente, é isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor prefere, então, que venha mais na forma de perguntas, não é?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim. A minha ideia, Dr. Alberto Fraga, eu quero é, assim, passar um pouquinho da minha experiência nessa área mesmo de Lei Rouanet, que eu quero deixar bem claro, assim, é... Hoje, eu não sei se todos sabem, assim, mas a... Hoje a gente tem até 9%, se eu não me engano, de incentivos que as empresas conseguem abater através do Imposto de Renda, tá? Então, a gente tem 4% da Lei Rouanet, 1% da Lei do Esporte, e daí tem as leis da saúde, também, que são PRONON, PRONAS, Lei do Idoso, que somam mais 1%. Então, a empresa que está na base do lucro real, que está tendo lucro, no caso, ela tem um benefício de abater até 9%. E eu fazia essa prospecção não só em Lei Rouanet como em todas essas outras leis, e não só para a Bellini Cultural, no caso, como para diversas empresas do segmento, tá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sr. Bruno, o senhor trabalha? Tem carteira assinada?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quais empregos formais o senhor já teve?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Na verdade, como eu expliquei, a Lei Rouanet tem uma previsão de 10% de captação. Então, eu era sempre remunerado por essa comissão. E eu tenho outras coisas minhas voltadas a entretenimento, mas nada a ver com Lei Rouanet, foram coisas em que eu me empenhei desde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor reconhece o endereço Avenida das Magnólias, 1.017, Cidade Jardim, São Paulo?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor sabe que atividades são desenvolvidas lá?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Hoje não acontece nada lá, na verdade, porque era o escritório da Bellini, mas hoje em dia não existe mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Tá. E o senhor foi sócio da Master por quanto tempo?



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu acho que, mais ou menos, por uns 3 anos, se eu não me engano, mas eu não tenho certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor lembra quem te convidou para participar da sociedade?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Na verdade, só para todo mundo entender, para deixar claro, cada proponente cultural, no caso, pode aprovar cinco projetos apenas pelo Ministério da Cultura. E a gente produzia bastante pela Bellini. A gente teve que abrir outras empresas que faziam parte. Em uma eu era sócio, em outra o meu irmão era sócio, em outra a Zuleica era sócia, para a gente conseguir continuar produzindo, senão a gente ia sempre se limitar a esses 5 projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor falou em 3 anos. E quem o convidou a participar foi o seu pai.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Foi meu pai. Eu também me propus a participar, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E você saiu por quê?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Na verdade, eu saí porque eu já estava desinteressado por essa área de cultura, e o meu pai também preferiu que eu não continuasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor poderia me dizer qual é a sua relação com a empresa Newkady?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - A Newkady é uma empresa minha de brindes corporativos que eu faço, pois eu prestava alguns serviços para os projetos culturais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Era isso que eu ia perguntar. A atividade era de brindes, então?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Exato. E ela existe ainda, a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Certo. Outra pergunta: qual é a sua relação com o Instituto Sustentarte?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - O Instituto Sustentarte é, na verdade, uma OSCIP que foi fundada para a gente continuar produzindo projetos na área social. E eu fazia parte dos membros da comissão, do estatuto, se não me engano. É isso, não é, doutor?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Do estatuto. Bom, eu só queria fazer mais duas perguntas. Eu vou passar a palavra para o Relator. Como você está colaborando, eu agradeço a forma como você está agindo aqui conosco.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu vim aqui para isso. Obrigado a vocês pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Você poderia citar quais contatos você tinha com os patrocinadores de projetos culturais?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Com certeza, posso citar. Na verdade, até fiz uma dinâmica que eu quero explicar a vocês. Todo mundo aqui deve ter a curiosidade, alguns devem saber, alguns devem não saber, como funciona a prospecção de um projeto cultural. É essa a pergunta no caso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, quais contatos que você tinha com eles.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu fazia a prospecção. Eu falava direto com os patrocinadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eles te procuravam ou você os procurava?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Os dois, os dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Os dois. E o “x” da questão é esse. Como era esse contato? Você dizia: *“Olha, eu tenho um projeto interessante, tal”*, é isso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Na verdade, é a mesma forma de uma agência, no caso. A gente aprovava projetos, a gente criava apresentações desse projeto, no formato que ele estava aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas quais acordos eram feitos, Bruno, com esses patrocinadores? O que você dizia? Você dizia: *“Olha, se eu captar 10 milhões, ‘x’ é seu...”* Havia esse tipo de acordo?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não. Você está falando de financeiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não. De jeito nenhum. Nunca. Nunca ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não tinha.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - De jeito nenhum.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E você nunca negociou contrapartida com os patrocinadores?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Financeira, nunca. Nunca. De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Você já fez algum projeto que tinha participação de iniciantes na cultura, ou você só pegava pessoas já consagradas, por exemplo?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Os dois. No caso, a gente falava com pequenos produtores, grandes produtores. Eu captava para os nossos projetos também. Como eu comentei, eu não tinha salário. Então, eu vivia do meu variável. Então, eu tinha que oferecer o que eu achava que ia conseguir vender, o que eu acreditava que ia conseguir vender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E qual é a sua relação com o Projeto PRONAC 127.905, que, na verdade, é o projeto da Orquestra Sinfônica Arte Viva? Esse projeto captou mais de 1,5 milhão. Qual é a sua relação com o projeto?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Na verdade, esse é um projeto de orquestra com convidado da MPB. Eu não lembro quem foi o patrocinador, porque foram muitos projetos ao longo desses 5 anos em que eu tive atuação na empresa. Mas eu era o proponente, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Proponente.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O mesmo então se aplica aos outros projetos de orquestra sinfônica. Teve o do maestro Amilson Godoy, para o qual houve uma captação de mais de 1,2 milhão.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Que é a Arte Viva, a mesma orquestra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A mesma orquestra.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, a orquestra Arte Viva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E o projeto daquele maestro para o qual captaram mais de 25 milhões, aquele que tem problema nos dedos?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, a gente já chegou a contratá-lo. Mas eu nunca fiz uma captação direta para ele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas existe uma acusação, Bruno, de que vocês captaram mais de 25 milhões e que o maestro não teve conhecimento. Isso é possível?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Do quê? Desculpe, do quê? Do João Carlos Martins?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não. A gente trabalhou com ele uma vez só. Foi um *show* que foi aberto ao público em Itapira. Eles até comemoraram. A Prefeitura até aproveitou que teve o *show*, que era na semana de aniversário da cidade. Ele foi contratado pelo projeto cultural. E do projeto a gente que era o proponente, no caso. A gente pagou o cachê dele e da orquestra, que é a Bachiana, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não. De jeito nenhum, nunca cap... Eu cheguei a... A gente tinha bom relacionamento, mas eu nunca cheguei a captar direto para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas você acha que isso é possível? Por exemplo, haver uma captação de 25 milhões, e o maestro dizer que não tinha conhecimento do projeto? Por exemplo, nos projetos que envolvem artistas, você acha que o artista tinha ou não conhecimento do projeto? É possível acontecer um projeto, a captação, todas as fases, e um artista não saber do que está acontecendo? Isso é possível acontecer?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - No caso, se ele for proponente do projeto, ele tem acesso a tudo. O projeto é aberto, e é ele quem administra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele quem? O artista?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - O proponente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O proponente.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Quem propõe e aprova o projeto no Ministério da Cultura administra o projeto. Então, ele tem acesso a tudo. No caso, se ele é um contratado de uma rubrica de um projeto cultural, o que também acontece bastante com esses grandes artistas, aí eu já não sei te dizer se ele tem acesso ao projeto inteiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vou transformar a minha pergunta, para encerrar a minha parte aqui.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Talvez eu não tenha entendido. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vou perguntar de outra forma.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Vamos lá, pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos supor. Sabemos que o Luan Santana é um cantor famoso, consagrado. Na turnê dele foram captados 5,8 milhões de reais.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele sabia ou não?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Ah, não, com certeza absoluta, absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com certeza sabia. E o mesmo se aplica à Claudia Leitte.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Com certeza absoluta ela sabia. Isso, sim. No caso, eles são... Vou explicar como eles sabem. Como se trata de um projeto muito específico... No caso, aquele projeto a gente falou que era Orquestra Arte Viva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, se ele não é o proponente, você precisa entregar uma carta de anuência, dizendo que você contesta o projeto ser submetido a aprovação. Então, na menor das hipóteses possível, essa carta de anuência tem que ser enviada, senão o Ministério nem dá procedimento à análise do projeto. Então, é, com certeza ela sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bom, a última aqui: como foi a divulgação desses projetos todos? Algum desses projetos teve apresentação privativa?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, na verdade, assim... O senhor está se referindo aos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Aos projetos de orquestra...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim. Então, privativas... Depende do olhar de que você está falando, porque todos os *shows* eram abertos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Privativo é fechado.



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, é. Todos os *shows* eram abertos, o acesso era para qualquer pessoa possível. O que acontecia era que você precisava cumprir o objeto do projeto cultural, que é assim, por exemplo: com o projeto você tem que atender mil pessoas por *show*. Então, você tem que cumprir o objeto do projeto cultural e, ao mesmo tempo, tem que cumprir algumas exigências dos patrocinadores, porque eles querem maximizar em cima dessa verba, que, para eles, é considerada uma verba de *marketing* cultural, no caso, *marketing* de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Olha, está tão bom conversar com você, mesmo com *habeas corpus*, que eu vou lhe perguntar mais uma vez.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Obrigado, Alberto. Fique à vontade, eu estou aqui para ajudar vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Você acha que o que foi feito... Qual foi o grande erro de tudo isso que aconteceu com relação à Lei Rouanet? Qual é o grande erro? Onde é que está a falha que acusam, a Polícia Federal? Já chega a números que ultrapassam 20 bilhões em renúncia fiscal. Onde é que está o erro, Bruno?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Até vou fazer um parêntese aqui. Na verdade, em relação à Lei Rouanet, hoje uma captação de patrocínio, depois que você é submetido... Eu vou chegar aonde eu quero chegar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim. O.k.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Quando você submete a uma aprovação de um projeto, demora aí de 3 a 6 meses até 1 ano, se for o caso. Depois disso, os patrocinadores, no caso, são massacrados de receber projetos culturais. Então, você pega uma empresa de grande porte, ela recebe dezenas, centenas de projetos mensalmente, anualmente. E, assim, essa verba, normalmente do departamento das empresas, é uma verba que quem gerencia, nas empresas, é o departamento de *marketing* ou comunicação. Isso foi uma cultura que, pelo fato de... Eu vou chegar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Mas, assim, quem cuida da verba é esse departamento. Esse departamento das empresas normalmente — estou falando do



mercado no geral — visa sempre... O departamento de *marketing* quer maximizar uma verba que, na verdade, ele considera que só tem essa verba porque teve lucro. Só para fazer uma conta, a cada 100 milhões que uma empresa lucra, o líquido de uma empresa, no caso 4%, ela vai ter para usar com a Lei Rouanet. Então, vamos supor que ela pague entre 15 a 16... Eu não sou computador, não sei o valor exato de Imposto de Renda. Então, vamos fazer uma conta objetiva. Ela lucrou 100 milhões, vai ter 600 mil reais para investir em Lei Rouanet, sendo que ela já pagou 16 milhões de reais de Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - De imposto.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, ela enxerga essa verba como um benefício dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Claro.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Por isso é que a cultura, desde o início, foi... Ela enxerga isto: *“Eu estou tendo lucro, trabalhei para isso e, por isso, tenho o benefício desses 4%”*. Então, esse departamento vai visar à visibilidade da marca, contrapartidas, o perfil da empresa, os valores da empresa. Eu até fiz umas anotações aqui e vou seguindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Claro.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sem contar que é um desembolso do caixa dela. Então, ela fica, mais ou menos, 6 meses pelo menos sem esse valor no caixa. Ela faz um adiantamento do caixa para depois, na hora de recolher a guia, ela pagar o imposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então é vantajoso para ela.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É vantajoso... No caso, ela tem que pagar um imposto de qualquer jeito. Então, ela faz algumas exigências. Por que vou mobilizar, adiantar dinheiro? Estou tendo lucro para ganhar isso, para que eu faço isso? Então, as empresas normalmente fazem uma exigência, e o mercado é muito acirrado. Mais ou menos, para o senhor entender, de um quarto dos projetos que são submetidos à Lei Rouanet, esse um quarto só é que consegue algum tipo, nem é um projeto integral, um valor de captação. Então, é muito difícil a concorrência do mercado. Vamos lá. Como eu disse, depois que você executa o projeto, você tem que, dentro do orçamento aprovado pela Lei Rouanet... Então, o projeto é aprovado em 500 mil



reais. É lógico, você não pode gastar 600, porque a empresa só aportou... O recurso vem de um fim privado. O Ministério faz não a gestão, ele é a ferramenta. Não sei se eu estou usando a palavra certa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está certa.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Ele vem de um fim privado, faz a ferramenta. E quem faz a gestão do projeto cultural é o proponente cultural, que tem aquele valor que foi aportado pelo patrocinador. Então, a partir do momento em que você executa o projeto, presta contas dele, dentro do orçamento aprovado pelo Ministério da Cultura, depois disso, você entrega uma prestação de contas, que, se não me engano, há 2, 3 anos, era totalmente informal, era via papel mesmo, era um calhamaço e você só conseguia falar no Ministério da Cultura por telefone e entregava um calhamaço assim de... Eu já vi lá no escritório algumas prestações de contas. Então, tem uma portaria da Lei Rouanet que, durante 6 meses, tem que te dar um retorno sobre a análise do projeto do qual você prestou contas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - E a gente tem um projeto — até o Felipe, meu irmão, vai mostrar — que foi o primeiro projeto aprovado pelo meu pai. Eu nem trabalhava, tinha, se não me engano, 5 anos de idade, na época, é um projeto de 98. Ele vai trazer o livro, a página do Ministério da Cultura que acessa, põe o PRONAC, o código, que é o RG do projeto. Ele consta lá como em análise até hoje. Então, a gente está falando de um projeto de 17 anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Tá, mas você pode resumir para mim, porque eu pedi o seguinte: onde é que está a falha?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Está longo. Então, a falha, em minha opinião, está na fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Na fiscalização da prestação de contas.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, exatamente, na prestação de contas, porque, no nosso caso, que teve uma operação que explodiu por causa de uma denúncia anônima de um ex-funcionário; eu também não quero entrar nesse detalhe...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É do casamento que você está falando?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não, foi a denúncia de um ex-funcionário nosso, foi bem antes, foi em 2012, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ah, sim, em que a Ministra Ana Buarque mandou um...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não. Foi um ex-funcionário nosso que fez uma denúncia anônima. E a gente é o único caso. Até foi citado pelo Viégas aqui, que é o chefe da CGU, do Estado de São Paulo, que o Grupo Bellini foi o único caso até hoje investigado a fundo dentro do Ministério da Cultura, devido a essa denúncia anônima, que o Ministério Público...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, você acha que tem muito mais gente?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, ele falou aqui, ele falou aqui. Ele falou que — tem gravado — em 90% dos projetos, constam irregularidades semelhantes ou mais graves que as do grupo Bellini Cultural. Eu acho que até você citou: “*Você acha que a gente deve pegar os 20 maiores produtores?*”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deve.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Ele falou: “*Só não... Tem que chamar, deve pegar*”. Desculpe, pode falar; empolguei-me aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu agradeço, pois usou seus 20 minutos.

Agora eu vou passar a palavra ao Relator, que tem 30 minutos para fazer as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Bruno, pode concluir com o advogado, não quero interrompê-los. Está concluído?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não, pode falar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bruno, eu quero iniciar dizendo que acho importante que você, apesar de ter um *habeas corpus* preventivo, esteja manifestando disposição de colaborar. É claro que, até em respeito a essa sua disposição de colaborar, eu não posso deixar de destacar que nós estamos numa CPI. Portanto, isso aqui tem a força de um inquérito.



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Com certeza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Aquilo que você nos disser é muito importante. Será tudo absolutamente registrado, analisado, conferido. É óbvio — você sabe disso, seu advogado está aí do seu lado — que você deve se ater à verdade, senão você incorre em mais um crime, se é que você incorreu em algum. Nós estamos fazendo uma análise, respeitando o direito de defesa das pessoas, mas o nosso propósito é chegarmos à verdade. Eu vou iniciar situando-o sobre algo — você, ao que parece, acompanhou bem os trabalhos. Nós tivemos aqui o depoimento da Dra. Karen Louise, que coloca, no entendimento dela, como Procuradora da República, que, na medida em que houve a gestão de recursos públicos... Você trabalhou como um captador, como um fornecedor também de serviço prestado por empresa sua — você já chegou a dizer isso aqui.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Portanto, você estava, de forma íntima, ligado à gestão de recuso público. Esse dinheiro é dinheiro público. Vou chegar àquela questão do patrocinador ou da empresa que se beneficia da renúncia fiscal e quer exigir algum tipo de contrapartida, mas, primeiro, é preciso deixar claro — você sabe disso — que estamos falando de dinheiro público. É por isso que nós estamos aqui, para investigar dinheiro público.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Claro, claro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ela disse que, no entendimento dela, pode inclusive haver interpretação de que tenha havido, inclusive, peculato, ou seja, o crime de desvio de dinheiro público, e não apenas o crime da prática de outros ilícitos. Ela fala em formação de quadrilha à medida que fala da junção de ações que vão desde a captação até a gestão do próprio recurso, da contratação premeditada de determinados prestadores de serviços, dos indícios que identifica como indícios claros de superfaturamento. Ela diz isso se referindo ao Grupo Bellini. Palavras dela: *“Então, eu iria um pouco mais adiante e arriscaria em dizer da possibilidade de eventual denúncia com base em prática de peculato, não apenas estelionato. Também a associação criminosa, para nós, é algo nítido porque esses projetos não teriam sido aprovados não fosse a combinação prévia dessa captação, dessa combinação de contrapartidas com o Grupo Bellini, envolvendo as empresas*



— são mais de uma. *Nós cremos que foram operações casadas*”. Isso aqui está entre aspas, são palavras dela. Nesse cenário, ela faz mais algumas alusões. Eu inicio te perguntando o seguinte: qual a sua versão, o que você entende que levou a Polícia Federal... Você falou que houve uma denúncia anônima, mas a Polícia Federal desenvolveu uma série de ações. O que você entende que tenha sido objetivamente a razão da Operação Boca Livre? O que a Polícia Federal foi lá fazer? O que o Ministério Público foi lá fazer? Quais são as acusações que eles apresentaram para tomarem as providências que tomaram, inclusive com prisões? O que é, na sua versão, a Operação Boca Livre?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - A pedido do meu advogado, já está referido nos autos lá e está... Eu não vou responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Em quantos inquéritos você foi chamado para prestar esclarecimentos? Você já foi chamado em inquérito policial para prestar depoimento à Polícia Federal? Você esteve...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Estive uma vez só, foi a vez em que estourou a operação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim. Foi a vez que ocorreu a sua prisão? Você chegou a ser preso nessa operação?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Cheguei, cheguei, acho que nove dias.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você pode dizer o que foi dito para você? Por que você foi preso? Qual foi a alegação? Seu advogado te permite dizer de que você está sendo acusado?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Inicialmente, foi até o que você disse, foi de peculato, mas hoje acho que ela já indiciou e já mudou para estelionato. Então... na verdade, eu fui pego de surpresa, não sei te dizer, e, assim, meu advogado está cuidando da defesa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você ficou pouco tempo?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Fiquei 9 dias lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você teve um *habeas corpus*...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E esse *habeas corpus* possibilitou que você respondesse em liberdade.



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Segundo a Polícia Federal, havia um esquema de superfaturamento na execução dos projetos. É algo que ganhou, inclusive, as páginas da mídia, que falou de superfaturamento, de empresas contratadas por valores que não correspondiam a um serviço realmente prestado. O que você pode nos dizer sobre isso, sobre superfaturamento por parte de projetos excetuados pelo Grupo Bellini ou por empresas com quem você tenha relações?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, Dr. Sávio, na verdade, assim, eu cuidava da parte de captação, mas, pela minha experiência de Lei Rouanet que eu tenho, superfaturamento não existe, porque são rubricas. Cada projeto tem rubricas que são aprovadas com tetos em cada rubrica, e você executa o projeto e presta conta em cima dessas rubricas. Então, pelo meu entender, não tem como você superfaturar se você tem que cumprir aquele valor, entendeu?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você disse agora aqui para nós que entrou há mais ou menos uns 5 anos nesse processo de atuar.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É claro, até pela sua idade, isso fica evidente. Portanto, você começou a trabalhar cedo, como eu também comecei. Comecei mais cedo um pouquinho, mas não vem ao caso. E depois você disse que, além de ser sócio da Master, por uns 3 anos, também tem uma empresa de nome Newkady. De quantas empresas efetivamente você chegou a se tornar sócio minoritário ou participante? Em quantas empresas o seu CPF está presente?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Se não me engano, são três. Eu tenho a Newkady, tenho uma outra também, que é a Vaz e Amorim, mas, assim, é...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E a Master também.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - E a Master.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Da Vaz e Amorim você também é sócio.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, mas não é...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A Newkady prestou serviço para algum projeto cultural?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Prestou, prestou.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você se lembra de quando criou a Newkady?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Putz, eu não sei te falar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Qual o tipo de serviço que a Newkady desenvolveu?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Ela fazia desde aluguel de equipamentos, produção de eventos, porque, assim... Essas rubricas, no caso, pela lei, você pode...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então você criou essa empresa para atender a essa demanda onde você estava atuando.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Exato, exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O objetivo foi esse. Aliás, o seu pai...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Também, não foi só esse, no caso, porque eu a uso para outros negócios voltados para o entretenimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, esse é um dado que... Nós já estamos com um compartilhamento de dados colhidos.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, sim, sim, mas não é só isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - São dados óbvios, que podemos pegar por outra fonte. É uma oportunidade de você contribuir. Você se lembra do faturamento da Newkady?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Putz, eu não sei te dizer de cabeça, mas...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas quantos por cento desse faturamento foi de prestação de serviço em projetos de Lei de Incentivo à Cultura?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não sei te falar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você também não sabe?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Porcentagem... eu não sei te falar. É o contador que cuida disso. Posso te mandar depois.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Para a Lei de Incentivo à Cultura, você sabe que ela prestou serviço?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Prestou, prestou.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você sabe me dizer de algum outro cliente que ela teve e que não tinha nada a ver com a Lei de Incentivo à Cultura para



a qual você prestou serviço — pelo menos um, dois? *“Nós prestávamos serviço para o cliente tal, cujo recurso não tinha nada a ver com o dinheiro de lei...”*

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, sim; na parte de brinde, a gente atendia um monte de cliente e atende até hoje, desde, sei lá, Unilever...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas na parte de locação de equipamento era só para Lei de Incentivo?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não; só de incentivo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Para locação, era só para Lei de Incentivo?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, tanto que a gente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas você não caracteriza isso como uma operação casada? Quer dizer, você é captador. O seu pai é de uma empresa que apresentou o projeto ou colocou a contadora para criar a empresa que apresentou o projeto. Você vai e capta e já tem uma empresa que presta o serviço. Você acha isso normal?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Pelo meu conhecimento da lei, isso é permitido. Se você tem uma empresa idônea que executa e você tem experiência de...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu não estou dizendo que não seja. Mas vocês anexaram nesses projetos um orçamento prévio? Porque você está prestando serviço para um projeto que você mesmo captou, proposto por uma empresa do mesmo grupo, e você é o prestador. Qual é o parâmetro para dizer que o seu preço para fazer a locação desse equipamento é um preço compatível? Qual parâmetro vocês usavam?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, o parâmetro é o Ministério da Cultura.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, o Ministério da Cultura apenas aprovou. Ele não está lá na execução.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Deixa-me te explicar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Aliás, a sua tia disse aqui que, em 12 anos...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Nunca foram lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nunca foram lá.



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É verdade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, você recebe o dinheiro público e vai contratar com o dinheiro público. Aí você resolveu contratar sua própria empresa. Qual o parâmetro que nós temos para dizer que esse preço usado por essa empresa é um preço compatível? Você tinha algum parâmetro para isso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Tinha. Na verdade, o parâmetro não é nem meu, é por uma tabela. Vou dar um exemplo, tá? No caso é aluguel de piano — no caso, um exemplo “x”. O Ministério da Cultura tirava uma rubrica de 3 mil reais para você alugar um piano. Se eu tenho, pela minha empresa, um piano e consigo alugar por esse valor, eu não preciso fazer uma concorrência, uma licitação. Está dentro da rubrica, e a minha empresa pode prestar esse serviço, é possível executá-lo, entendeu?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você atuou como captador, como prestador de serviço e proponente também? A sua empresa propôs algum projeto ao Ministério da Cultura?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Meu foco era captação, tá, mas eu acabei...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas você propôs?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Propus.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então você trabalhou no ciclo todo?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você propôs, você captou e você prestou o serviço para executar?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você me disse que uma das razões pelas quais o grupo criou mais de uma empresa é que o limite por proponente era de cinco e vocês pretendiam aprovar mais projetos. E, com isso, você apresentava um grupo de projetos; a Kátia, outros; a sua tia, outros; seu pai, enfim, as empresas do grupo Bellini... Você pode nos dizer se, em algum momento, foi apresentado projeto idêntico ou absolutamente semelhante por mais de um proponente? Você, com a sua empresa, apresentou um projeto, e, simultaneamente, outra empresa do grupo apresentou um projeto idêntico àquele, e houve a aprovação do Ministério?



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não, não, idêntico, não. Às vezes, eles eram parecidos porque... Por exemplo, *show* MPB Sinfônico, no caso, um era com uma orquestra “x”, outro era com uma orquestra “y”, outro era com uma orquestra “z”, mas, idênticos, acho que o Ministério nem aprova isso, pelo que sei. Daí você tem que aprovar um projeto de continuidade, se não me engano, se ele for idêntico.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tivemos notícia de que houve sim. Sobre patrocinador, você acabou de dizer — eu até copieei na hora — que tem que cumprir as exigências do patrocinador. Você atuou lá na ponta, fazendo a captação. Nós sabemos que a Lei Rouanet já prevê o critério de contrapartida, do qual se beneficia o patrocinador do ponto de vista da divulgação da sua marca. Você falou das exigências. Isso é algo que estamos estudando, inclusive para o aprimoramento da lei. Então, eu acho que a sua contribuição também é importante aqui. Que tipo de exigência o patrocinador fazia? Você inclusive colocou que esse era um aspecto, que você tinha que atender às exigências do patrocinador. À qual exigência você poderia se referir como algo que o patrocinador queria e que você tinha que atender?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, é como eu expliquei. A partir do momento que o departamento de *marketing* e de comunicação é responsável pela verba dentro de uma empresa, ele quer maximizar a verba dele. Então, ele vai desde a parte de visibilidade da marca dele, relacionamento...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O que é relacionamento?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Relacionamento é ter alguns ingressos ou um setor ali que eles querem atender, convidar também clientes ou até colaboradores da empresa. Era isso, era mais no caso de *shows*. Estava falando bem específico de *shows*, local de execução... Até saiu agora, o Ministro...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Qual o tipo de exigência... Eu vou falar de uma empresa que, até onde me consta, você tem até certa proximidade. *(Pausa.)* Posso seguir?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Desculpe, eu não escutei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu quero saber sobre uma empresa que você tem, pelo que nos consta, alguma... Qual o conhecimento que você tem com a empresa Laboratório Cristália?



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu fazia a captação de recursos com eles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Qual é a pessoa referência para você lá? Com quem você contactou?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu falava com cinco pessoas diferentes lá. Eu falava com a Cida, a Lúcia, a Vitória, todas eram... O Odilon também algumas vezes eu estive com ele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso. Qual a função do Odilon?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - O Odilon, ele era... acho que era diretor de responsabilidade institucional da empresa, comunicação institucional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Desses nomes todos que você citou o diretor era ele? Ou a Cida era diretora também?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não, era gerente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Gerente. O diretor, o cargo mais alto que você contactou foi o Odilon?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você se lembra de algum tipo de exigência do Laboratório Cristália para alguma promoção?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - As exigências eram essas, as mesmas que eu acabei de citar, de contrapartida...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ajude-nos a entender o seguinte...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Posso completar?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - A gente fazia um evento, todo ano, em Itapira, que é a cidade onde é a sede da empresa. Eles têm uma Santa Casa lá que estava em falência. Foi uma exigência deles lá que — era um evento totalmente social — 100% da bilheteria eram revertidos para a Santa Casa. A gente fez durante 4 anos esse *show*, que era um *show* com a Orquestra Sinfônica da cidade junto com um artista convidado sempre. E 100% da bilheteria a gente doava para a Santa Casa, que estava, assim, à beira da morte, e a gente fez um trabalho com eles aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vocês fizeram um *show* em Recife também com o patrocínio deles?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Fizemos. Fizemos.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eles não têm nenhuma atuação no mercado de Recife.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, esse *show* de Recife foi... Eles acabaram... Eles tinham um evento que eles estavam patrocinando na cidade e...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deixe-me entender. Eles patrocinaram um evento em Recife?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Um congresso na cidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eles patrocinaram um congresso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Um congresso. Nada a ver com Lei Rouanet. É um congresso que eles patrocinam. E daí teve no final desse... Não era no local do congresso, era na casa de eventos da cidade, que se chama Chevrolet Hall, que é tipo o Tom Brasil, lá em São Paulo, ou o Credicard Hall. E eles fizeram... A gente fez um *show* com a Orquestra Sinfônica da cidade, a Filarmônica lá de Recife, e também tiveram... E depois o Jota Quest cantou com a Orquestra e depois continuou sozinho, mas teve a participação de convidados deles. E foi feito um trabalho de divulgação na cidade também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Está. Mas, então, eles tinham... Isso é até uma informação importante...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Um *show* aberto. Era um *show* aberto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não... É uma informação importante que você está me dizendo, porque, de fato, eles não têm negócio lá, mas eles fizeram, eles patrocinaram um congresso em Recife nessa mesma data.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deixe-me entender. Você, para executar um projeto lá em Recife, tem que ter aprovado primeiro o projeto aqui, não é?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Aqui, no caso, é no Ministério da Cultura?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Aqui no Ministério da Cultura.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso. Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você aprovou o projeto aqui para fazer um *show* lá em Recife.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Certo.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E vai captar das pessoas que têm interesse em te patrocinar lá em Recife.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E aí o Laboratório Cristália foi fazer um congresso lá de profissionais que interessavam para ele casado com esse *show* lá em Recife? Ou foi uma coincidência?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não tem nada a ver.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não pode ser coincidência.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não foi uma coincidência, mas não teve nada a ver com a execução do congresso, quero deixar bem claro isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, mas foi... Foram... Você está nos dando uma informação preciosa. No mesmo momento...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - A Zuleica falou a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - No mesmo momento em que o Laboratório patrocinava um evento privado, ele patrocinava um evento da Lei Rouanet, em Recife, onde ele levou convidados para esse local.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não levou. Não levou. Eles tinham uma cota de ingressos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É no mesmo local?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não, não. Eu expliquei para ele, era numa casa de *shows* de Recife, que se chama Chevrolet Hall. E ali foi um *show* aberto, que foi feito por panfletagem, divulgação. Tenho todas as fotos. Acho que...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E o evento que o Laboratório Cristália executou foi onde? Patrocinou o congresso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Ah, não sei te dizer. Deve ter sido na...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você estava em Recife?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, mas eu não...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas você estava em Recife?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu fui a Recife, a esse *show*.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você foi a Recife. Participou do *show*?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, eu só fui ao *show*.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas assistiu ao *show*?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Depois do *show* eu fui embora, no dia seguinte.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Certo. Mas você sabia que havia um evento do pessoal lá?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sabia. Sabia. Exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você não chegou a ir ao local do evento deles?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não, não. Não fui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Alguém do Grupo Bellini, que você saiba, esteve nesse evento onde o Cristália estava?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, mas não teve nada a ver. É um evento de... Não sei, na verdade, o detalhe. Mas, assim, era um *show* totalmente... Tinha convidados...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, eu não estou dizendo que as coisas são iguais nem que estão no mesmo lugar, isso você já nos disse. Eu só estou querendo entender uma coisa. O Laboratório Cristália está em São Paulo, não tem operações comerciais em Recife. Patrocinar um congresso em Recife, pelo apelo turístico — que não precisa ser aprofundado aqui, poderíamos até fazer homenagem a Recife —, mas foi fazer, obviamente, levando os seus congressistas para um local de apelo turístico... Pois bem. Só que, bem antes, já havia sido feito um projeto no Ministério da Cultura para fazer um *show* em Recife, cujo patrocinador era o Laboratório Cristália. Você não vê nenhuma associação nisso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu vejo, mas eu queria te falar, a produção é independente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O que eu estou querendo é que você nos diga, porque nós queremos aprimorar a lei. Agora, o Laboratório Cristália... Você fazia a interlocução com o Odilon, está certo?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu fiz algumas vezes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É óbvio...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Bruno.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bruno. Bruno, é óbvio. Bruno, é óbvio. Você pode até não querer responder, se quiser, mas o Odilon ou quem quer que tenha respondido, dizendo: *“Eu vou patrocinar”*. É óbvio que você ou ele, alguém disse: *“Vou fazer um evento lá nesse mesmo dia”*. Isso vocês sabiam. Sabiam. Isso é algo dentro do tipo de exigência que a área de *marketing* de uma empresa elabora, como algo que motiva a empresa a fazer o evento? É isso o que eu quero entender. É algo que eles entenderam como motivador.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Exato. É algo que... É, não só...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agora, eu pergunto o seguinte: você conhece a Lei Rouanet?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Conheço. É, conheço...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você conhece a Lei Rouanet; há 5 anos trabalhando, está aprendendo sempre, mas você conhece o básico da Lei Rouanet.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É. Mas não 100%. Conheço, o básico eu conheço.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A Lei Rouanet não permite isso. A Lei Rouanet diz o seguinte: *“Eu posso desenvolver um retorno publicitário indicando que você participou e patrocinou pela Lei Rouanet”*. Posso até, assegurando no projeto a indicação de uma contrapartida de ingressos ou de participação, assegurada no projeto, fazer. Agora, realizar um evento casado dessa forma, isso não existe, você negociar como uma espécie de contrapartida ou de exigência do patrocinador. Isso, para nós, é extremamente importante, porque, embora eu saiba — e você sabe aí, eu não sou o juiz nem tenho a pretensão aqui de já ser quem faz o juízo final da análise com relação à responsabilidade que cabe a você e aos demais membros —, mas, para mim, está muito claro que não são só vocês. Para mim está muito claro o seguinte: o indivíduo que patrocinou dessa forma, exigindo para ele um nível de contrapartida que não era previsto na lei, é um corresponsável por isso. E aí que é importante essa colocação. Você recebeu isso como uma exigência do elemento que vai fazer a contrapartida, ou seja, do Laboratório Cristália, que exigiu: *“Olha, eu quero fazer, mas tem que ser lá em Recife, porque eu vou fazer um evento lá em Recife. E aí, fazendo lá em Recife, justifica para a minha*



empresa eu estar patrocinando, porque aqueles colaboradores que eu quero que participem do show vão estar lá em Recife. Eu não vou pagar passagem para gente do Brasil inteiro e fazer e assistir ao show onde você vai escolher. Então, eu vou escolher o lugar". É assim? Há uma espécie de exigência assim? É assim que funciona?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É... E a gente, no caso, a gente falando do Grupo Bellini e o mercado, você também tinha que cumprir o objeto do projeto. Eram as duas formas: as exigências e o aspecto do Ministério da Cultura.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Esse é o aspecto que, para mim, é o "x" da questão, Bruno. Esse, para mim, é o "x" da questão, porque você tem uma lei que não é para resolver o problema do Laboratório Cristália; tem uma lei para estabelecer o incentivo à cultura. O Laboratório Cristália não está colocando o dinheiro dele. Ele pode fazer a opção de antecipar 6 meses, aproximadamente, o que ele iria ter que desembolsar do caixa, que não é dele — que não é dele! Na hora em que ele efetivamente opta por ser um patrocinador ou um parceiro, que opta pela renúncia fiscal, ele está dizendo: *"Eu vou pegar o dinheiro público, que eu terei que pagar daqui a 6 meses, e vou pagá-lo agora. E eu tenho, em contrapartida, o direito de a minha marca ter visibilidade"*. Mas eu não posso dizer o seguinte: *"Eu vou fazer, Bruno, mas você vai lá e apresenta um projeto de que você vai fazer um show em Recife. E eu vou levar os meus convidados para um congresso, depois do congresso eles vão fazer um happy hour no show"*. Para mim, isso fecha com clareza o ciclo de conluio na elaboração de um projeto que burla o benefício da Lei Rouanet para a cultura, para beneficiar as partes envolvidas no projeto, desde a captação. Tem remuneração, mas é para captar para a cultura. Essa remuneração, construída na base de um acordo entre o captador e a exigência da empresa privada, caracteriza, para mim, isso. Eu quero crer que precisamos aprimorar a lei.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas está trazendo para a gente uma informação preciosa. Em que pese poder haver atenuantes, você há de convir comigo que é uma aplicação errada.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Exato. E até faço um complemento à sua argumentação. Eu fazia captação para o mercado, então, nos musicais, nos grandes



musicais, acontecia a mesma coisa: as empresas patrocinavam, mas elas exigiam também uma sessão fechada de relacionamento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Uma sessão fechada de relacionamento?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, onde... Depois eles cumpriam a quantidade de sessões que têm que cumprir no Ministério da Cultura — que é o número “x”, atender o número “x” de contrapartida social. Isso acontece também, não só em musicais, mas em grandes *shows*, *shows* internacionais, em área VIP. Eu sei disso porque eu trabalhava no mercado, então eu posso falar, com toda a propriedade do mundo, que isso era uma prática. É o *modus operandi* da Lei Rouanet faz 20 anos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Neste caso de Recife, parece-me que foi o Jota Quest.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Foi o Jota Quest.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Foi o principal nome da música popular.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Foi, foi. Mas, assim...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Por sinal, mineiro; por sinal, gente finíssima, que eu conheço, figura boa.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É muito bom o *show* dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas eu tenho uma pergunta importante com relação ao artista. Neste caso, o artista não foi proponente; no caso do Jota Quest, ele foi contratado.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso. Exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ele foi contratado para exibir um *show* que tinha patrocínio da Lei Rouanet. Portanto, o Jota Quest sabia que havia esta exigência do Laboratório Cristália, de que fosse em Recife e que tivesse...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Ah, não sei te falar. Não sei te falar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você não pode...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não é que eu não possa, eu não sei te responder.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Certo. Tudo bem. Esses *shows*, com essa natureza... A gente citou esse caso aí e você disse: “*Olha, isso acontece.*”



Isso é algo que precisa ser aprimorado na lei". Você tem condições de nos ajudar citando mais um exemplo de artista ou de um evento? Naturalmente, a empresa não vai fazer essa exigência para um anônimo que ela nem sabe se toca bem ou mal. Então, ela não vai dizer: "Estou patrocinando você, nunca o ouvi, estou acreditando, incentivando a cultura, mas quero um show privê, um show particular". Parece-me que não seria por aí. Mas se já é alguém famoso, se já é alguém que tem um apelo maior, é possível que queiram isso. Você pode citar algum exemplo de que tal projeto ou tal show teve uma apresentação dirigida para os...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu estou montando um relatório com a relação das empresas que eu fazia as captações, que são as grandes empresas do mercado e com *modus operandi* semelhante. Eu não sei exatamente também como eram as prestações de contas, mas depois eu posso encaminhá-las para vocês.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso seria importante.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Encaminho, com certeza. Quero ajudar, com certeza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você pode nos encaminhar? Acho que você nos ajuda a aprimorar a lei.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sei de casos até...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Este evento ocorreu com uma apresentação particular. Este outro...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Tem casos até com contrapartida de propaganda na mídia mesmo, então...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Do próprio elemento...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - O artista faz uma propaganda na mídia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Faz uma contrapartida sem cachê? O cachê foi o contrato?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Pago pela Lei Rouanet. Sei de alguns casos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você sabe de algum caso nesse sentido?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sei. Sei e passo para vocês, não tem problema nenhum.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você prefere passar isso depois, em separado?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Posso. Depois eu passo, não tem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Acho que é uma colaboração importantíssima para o aprimoramento da lei e para que nós eventualmente identifiquemos...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Campanhas de publicidade...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Campanhas de publicidade como forma de contrapartida pelo indivíduo ter patrocinado a Lei Rouanet?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Aí, ele leva uma contrapartida da empresa dele de ganhar um garoto propaganda famoso.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É isso.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É isso mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso é extremamente relevante e pode nos ajudar a sanear. Quer dizer, é o dinheiro da cultura financiando outros propósitos, que maculam todo o propósito da Lei Rouanet. Aproveito para ressaltar aqui que senti, da parte de todos os Deputados, do Presidente desta Comissão e de todos que aqui passaram, com as mais diversas linhas ideológicas, inclusive vários Ministros, que ninguém aqui está criminalizando a Lei Rouanet ou querendo acabar com ela. Nós queremos acabar com as distorções, com as irregularidades e ilícitos para que ela possa efetivamente cumprir o seu papel. Sr. Presidente, eu já estou caminhando para o fim. Acho que o meu tempo está se esgotando, mas V.Exa. pode ver que está sendo proveitoso. *(Pausa.)* Você poderia nos acrescentar alguma coisa sobre as participações da Kátia Piauy. Acho que é Piauy?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Piauy. Piauy.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Kátia Piauy dentro do grupo — chamamos de grupo dentro de uma análise mercadológica. Vocês mesmo já justificaram. Tem que apresentar um projeto, você abriu uma empresa e a Kátia



abriu outra, dentro de uma característica de OSCIP. A Kátia apresentou alguns projetos em nome dela, é isso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Dentro da OSCIP em que ela atuava, é isso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Como ela era remunerada nesse processo, como captadora?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não sei te falar. Não sei te falar. Eu não... Essa parte administrativa, eu acho que o Felipe consegue...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas alguém chegou a dizer aqui que ela apresentava, mas a gestão não era feita por ela. O Grupo Bellini, o próprio Luciano...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - O Felipe, o Felipe é o próximo. Acho que ele consegue, ele era mais da parte administrativa. Não sei te falar, não sei te dizer...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você não sabe como ela recebia? Quanto ela...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não sei. Não sei. Eu estava em campo tentando captar patrocínio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Na sua atuação como captador, você... Porque houve um momento em que seu pai nos disse que, inclusive, parou de operar diretamente, diante de algumas dificuldades. Você, até recentemente, atuava profissionalmente — e espero que possa continuar, está muito jovem.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Nem quero... Mas não com isso, pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você cumpria a sua missão profissional, em qualquer que seja a área. Não estou aqui para ser o carrasco, muito menos para me precipitar em julgamento. Mas eu gostaria de perguntar o seguinte: nesse processo de captação, você continuou atuando, e, muitas vezes, ou de alguma forma essa captação era remunerada a você, mas esse recurso voltava para o seu pai, por ele continuar sendo um parceiro? Porque ele era um elemento...



Inclusive você chegou a dizer aqui, de certa forma, que você mostrou interesse, mas ele te convidou.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É claro, é claro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É natural.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É lógico.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O pai passa a orientação ao filho.

Agora, no momento em que ele não pôde mais fazer, você continuou fazendo por ele, remunerando e transferindo o dinheiro para ele?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - O Felipe eu acho que consegue te responder melhor. Mas acho que ele tinha uma remuneração, sim, mas eu não sei te falar exato o valor. Mas ele tinha, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, só ainda um pouquinho sobre essa situação lá na cidade de Itapira. Vocês fizeram muitos trabalhos lá, né?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Lá, a maioria dos serviços terceirizados eram contratados através da sua empresa, nesses eventos inclusive para a Santa Casa? A sua empresa é que era...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então... Como assim: eram contratados?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você tem uma empresa de prestação de serviços.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Dependia do projeto, na verdade, né, mas alguns sim, outros não. A gente contratava bastante fornecedor local da cidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu não sei se a sua empresa já forneceu para a gente. Claro que nós temos as prerrogativas de solicitar em juízo, formalmente, por quebras de sigilo. Não sei se já solicitou, mas você poderia nos disponibilizar cópia do período, porque a sua empresa também não tem uma vida comercial tão longa? Você começou há uns 5 anos. De 5 anos para cá ou menos, 3 ou 4 anos, você pode nos disponibilizar cópia, ou um relatório do volume global de faturamento, do balanço de volume global de faturamento, para que a gente conheça o que você prestou de serviço para a Lei Rouanet? Já que você prestava serviço para um evento aprovado pelo seu grupo, captado por você, e você prestava serviço, de repente funciona como uma prova para você mesmo: *“Olha aqui: eu*



prestei serviço; foi nesse show; o preço de mercado era esse; e foi o que eu recebi”.

Ou eventualmente pode ser algo que tenha mais dificuldade de explicar.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não, está fácil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você pode disponibilizar isso tudo para nós?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Claro! Com certeza!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Assim como aquelas outras informações que você vai nos dar...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Ah, está bem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...eu queria depois que você colaborasse com a gente, trazendo, porque isso pode nos ajudar a acelerar os trabalhos. Presidente, por ora, é isso. Creio que os outros colegas possam também querer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado ao depoente.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Obrigado a você.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Você pensa que acabou, agora que você vai ver o que é pergunta. Ali é um dicionário.

Como autor do requerimento, eu vou passar a palavra ao Deputado Izalci, só lembrando aos Parlamentares que nós temos ainda mais uma pessoa para ouvir.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu tenho que fazer as perguntas bem objetivas, e as respostas... bem objetivas, porque senão a gente... São muitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele tem sido objetivo.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Primeiro, quero dizer que esse caminho que o Deputado Domingos levantou... É isso mesmo, a questão de captação, é que houve um certo desvirtuamento da lei. A minha dúvida é como é que era essa participação. Eu acho até que... É óbvio que as empresas patrocinavam também com o objetivo de ter o seu retorno de *marketing* ou alguma coisa. Mas eu vejo assim, eu acho que vocês fizeram isso que eu vou perguntar. Não sei se você vai poder responder. Eu acho que vocês tinham um produto para oferecer. Você já chegava na empresa dizendo *“Oh, nós podemos oferecer isso para você”*, nesse caso que ele disse com relação a oferecer *shows* fechados, porque o cara, no Natal,



para fazer uma festa para os meus funcionários... vocês já, em princípio, levariam isso já pronto, e oferecendo isso para os empresários. Essa é a minha dúvida.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Na verdade, é assim: a gente aprovava os projetos e fazia algumas apresentações deles, que a gente chamava de propostas, sei lá, apresentações, comerciais.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tinha um determinado momento — deixe eu dizer para vocês —, vocês estavam fazendo isso sem problemas, vamos dizer assim, até 2015 e tal. Aí, quando teve o problema — tem até um *e-mail*, depois eu vou entrar nisso aqui —, alguém disse assim: “*Oh, a partir de agora não pode fazer mais*”. Ou seja, vocês estavam fazendo isso como normal, oferecendo os cursos fechados, os *shows*.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não eram fechados; eram abertos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Como não havia fiscalização nenhuma, tudo bem.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não eram fechados. Eles eram abertos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Abertos em termos.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, mas era...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nesse caso, por exemplo, de Recife é mais ou menos isso. Eu não tenho nenhuma dúvida. Eu conheço as empresas todas.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Está bem. Beleza!

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Muitas já me disseram exatamente como faziam. Inclusive algumas estão até processando o Grupo Bellini. Mas digo, assim, que eles foram... Não é que foram enganados. Foi feita uma proposta para eles, e aceitaram. E, aí, esses *shows* fechados eram abertos, mas eram fechados. Quer dizer, aberto na prestação de contas, mas na prática era um *show* dirigido para determinados grupos, como foi feito em Recife. Mas vamos chegar lá. Deixe-me fazer rapidamente... porque está numa sequência, fica mais fácil. Amazon... e a Solução Cultural, né, era do grupo, depois passou a operar com a Master e a Vision. Inclusive depois passou para a Zuleica, né, a Master. E agora está inclusive no seu nome, a Master, né? A última ficou no seu nome. Primeiro, o seguinte: essas quatro



empresas, elas foram inabilitadas pelo Ministério. Nessa inabilitação, houve algum recurso administrativo? E qual foi o resultado disso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu não sei... Acho que houve, mas o Felipe sabe te falar melhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O Felipe é que sabe. O.k.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Mas elas foram... É medida cautelar, se eu não me engano.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tá, eu vejo com ele então.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Tá, fale com o Felipe.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Bem, essa questão da fiscalização então eu vou deixar para ele. No caso específico da Master, a participação era 90%, da empresa Master, e passou para a Zuleica depois, em 2013. Essa transferência da Master teve algum valor financeiro? Quanto foi? E ela continuou assinando pela empresa? Como foi essa questão dessa operação com a Zuleica? Você sabe?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu não lembro, eu não sei te falar, eu não sei te falar. Eu não lembro, eu não lembro.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O Felipe? O Felipe...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - O Felipe deve saber.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - ...deve saber.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Ele cuidava da... Eu cuidava da parte de captação. Na administrativa eu não mexia.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi. Então é melhor... Então, essa questão da Zuleica com relação à Vision você também não sabe?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não sei também.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Vou perguntar para ele. Bem, essa é questão de prestação de contas. Essa questão do *show*. Inclusive tem aqui... Eu ia entrar também, mas o Deputado Domingos já falou sobre a Jota Quest, não é? O Ministério da Cultura tinha conhecimento desse tipo de formato que vocês apresentavam. É isso que estou dizendo, que no projeto tinha um *show* privado, fechado pelo patrocinador.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, na verdade o *show* era aberto, tá? Mas, assim...



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim. Para todos os efeitos era aberto, mas na prática era fechado.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Você tinha que cumprir as exigências do patrocinador, no caso não falando só do Grupo Bellini, do mercado em geral, e ao mesmo tempo você tem que cumprir o objeto cultural do projeto. Era isso. Basicamente é a conclusão a que ele chegou.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi. Que é o correto, ou seja, havia sim os *shows* fechados...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não eram fechados. Os *shows*... Você não poderia falar “o *show* é fechado”.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, por exemplo, lá, o do Jota Quest, o caso que ele citou, da Cristália, podia levar...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Podia, podia.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - “Aberto” entre aspas. Nem cabia...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, na verdade o espaço era grande nesse *show*, né? Eu não vou citar casos isolados, assim, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu tenho lá... Saiu a publicação aqui. São... tinha mais de 15... Vinte e poucas empresas tinham esses *shows* fechados...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - ...como Roldão, como Scania, como... Posso citar aqui vários.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Na verdade, você... a gente... os *shows* eram abertos, e você divulgava muito ou divulgava médio.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas eu digo assim, a exigência... Deixe-me dizer, porque isso aqui todo mundo já sabe...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - ...está no relatório da polícia e tal. Existiam, sim, os *shows*.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu queria saber o seguinte: era uma exigência do patrocinador que houvesse esse *show* ou vocês chegavam para o patrocinador e diziam “*Olha, gente, tem um pacote aqui, é o seguinte, vai ter a*



orquestra não sei das quantas, mas à noite a gente pode fazer um show lá com...
Como é que é isso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não... Isso é... O *modus operandi* do mercado... Eles exigem contrapartidas em todos os projetos culturais.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tá, mas o patrocinador é que exigia isso ou vocês é que ofereciam?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eles exigem e a gente oferece.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tinha os dias?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, lógico!

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi. Bem, no caso, por exemplo, desse que foi falado aqui pelo nosso Relator, de quem foi a iniciativa de incluir o *show* privado da banda Jota Quest no Grupo Intermédica NotreDame?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Como assim, “a iniciativa”? A iniciativa é sempre das duas partes.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Houve um *show* do Grupo Intermédica NotreDame.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, mas a iniciativa...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tem conhecimento desse *show*?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Com apresentação do Jota Quest.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - De quem foi a iniciativa de incluir esse *show*, que foi fechado?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Foi essa Intermédica que disse “*Olha, eu só vou patrocinar se for assim*” ou foram vocês que ofereceram para eles — “*Olha, dá para fazer um show para vocês aí fechado*”?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não dá... Desculpe falar assim, mas, assim, é... Quando um não quer, dois não brigam, na verdade, né? Então, não dá para... um exige ou o outro exige.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não tem...



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Era normal isso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - E o patrocinador, ele é corresponsável pelo projeto cultural. Então, não... exigências. Eu não vou falar de caso específico. Mas, assim, falando de mercado, só para você entender — Dr. Lucas, né? —, a partir do momento que você fecha um patrocínio com o patrocinador... Essas empresas, elas têm histórico de Lei Rouanet. Elas já usam a Lei Rouanet desde 92 ou 95, 98. As empresas que têm a prática de usar a Lei Rouanet...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Essas empresas já tinham...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - (*Ininteligível*) aprenderam a usar a Lei Rouanet.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Já tinha algum antes de vocês? Antes do Grupo Bellini já usava?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Com certeza. E, além disso, todos os executivos dessas empresas — o departamento responsável é o departamento de *marketing*, comunicação —, eles já têm também a prática de uso em outras empresas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi. Deixe-me ver esse Grupo Intermédica NotreDame, nesse *show* do Jota Quest. Você pode dizer qual foi a rubrica do PRONAC, que é o PRONAC nº 1410527, Jornada Instrumental? Como é que vocês apropriaram isso? Com que rubrica vocês colocam isso, esse *show*? Como é que entra isso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu não sei te falar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O Felipe é que cuida da parte administrativa? Você sabe?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, eu não sei te falar. Eu não...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você só mexe com a captação, praticamente?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, eu não sei. Eu não sei te falar sobre isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Bem, você pode dizer... Também, é a mesma coisa. Há iniciativa de incluir um *show* privado, que teve, da banda Jota Quest também para a empresa Roldão. Você se lembra desse *show* da Roldão, Jota Quest?



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Também, é o mesmo esquema, quer dizer...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, foi um *show* também... MPB Sinfônico...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A Roldão também tem esse departamento de *marketing*, que cuida...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Todas...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Essas grandes.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu captava para o mercado inteiro. Vou passar a relação para ele.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Essas empresas têm departamento jurídico.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Você firma um contrato com todas as exigências. Todos os contratos do mercado são feitos assim... que vão ter as contrapartidas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: na prestação de conta, que é outra coisa... É isso que eu quero saber. Você convencer o patrocinador a investir na Lei Rouanet...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - A investir, sim, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Isso é tranquilo. Agora, na hora de prestar conta...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - (*Ininteligível*) é difícil. Acho que é o mercado mais difícil de captar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - ...na hora de prestar conta — estou te perguntando...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, pode falar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - ...esse *show* não vai entrar na prestação de conta, porque não pode. Fechado, não poderia. Por isso, eu estou te perguntando. Em qual rubrica? Como é que era feito isso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Aí é com o Felipe ou você também...



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, na verdade, a prestação de contas, eu nunca a acompanhei, assim, no detalhe, tá, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Por exemplo, o Jota Quest, eles emitiam uma nota fiscal? O que botava na nota? Ou era um recibo? Como é que era feito isso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu não sei te falar. Não sei te falar. Mas era dentro da verba permitida pela Lei Rouanet. Não tem superfaturamento (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, eu sei, mas a forma da apresentação é que a gente...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu não sei te falar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O Felipe sabe disso? Ele é que cuidava disso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, é, é... Na verdade, ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não seria no próprio contrato? Não poderia estar no próprio contrato, não?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Mas o contrato com o artista, você está falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - ...ou com o patrocinador?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, para poder justificar o pagamento deles.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Você coloca, na prestação de contas, uma nota fiscal normalmente.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas é o seguinte... É porque tem aqui inclusive o seguinte: vocês usavam essas empresas... Tinha hora em que você era patrocinador, proponente, tinha hora em que você era o proponente, e ao mesmo tempo a empresa, em outro projeto, era fornecedor. Não é isso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tinha isso.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Mas isso pode ser... Isso é permitido pela lei.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, eu sei que pode. Mas, às vezes, em vez de apresentar a despesa real, você emite uma nota para prestar conta diferente.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Vou te dar um exemplo aqui, então. Talvez você possa lembrar. Vamos pegar aqui o caso, por exemplo, da empresa... Você conhece a empresa chamada Takeda?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Conheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é. Essa empresa Takeda previa uma contrapartida de 1.500 exemplares. Aí já é questão de livros e tal.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Pode falar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Essa Takeda previu uma contrapartida de 1.500 exemplares, livros, uma vez que o projeto foi aprovado. É o PRONAC 148... — *Alegria do Brasil: um Olhar sobre os Sorrisos Brasileiros*.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sei.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Estava prevista uma contrapartida de 300 exemplares.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É 10% da tiragem de 3 mil, que estava prevista no projeto. No projeto estavam previstos 3 mil exemplares. Foi uma exigência do patrocinador ou foi estratégia da Bellini? Como é que funcionava nesse caso de livros?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Passa para o Felipe. Acho que o Felipe vai te explicar bem essa parte de livro. Ele é que cuidava de orçamento com as gráficas também. Acho que ele te responde melhor isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas você conhecia essa...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - ...esse *modus operandi* desse sistema?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É... Não sei... *Modus operandi*...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É porque tem *e-mails* aqui. Olha, aqui, é um *e-mail* para você. Não, foi para o Felipe. É, talvez seja melhor com o Felipe.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É o Felipe que...



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Porque tem *e-mails* aqui...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Ele trouxe até alguns exemplos de livro. Acho que ele vai querer mostrar para o senhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É, eu tenho aqui... Então tá, eu vou deixar para o Felipe, então, essas perguntas aqui, porque tem declarações falsas, inclusive. O cara diz assim: *“Olha, para prestar conta aqui, eu posso dizer que eu vendi tantos números?”* Quer dizer, aí pegava uma nota... Por isso é que eu até ia perguntar: você conhece o Fabio Porchat, ou não?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Fabio Porchat, o pai, né?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, o pai.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Conheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Academia Latino-Americana de Arte?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, conheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é. Isso aí é que é o problema. Tinha que prestar conta. Por exemplo, se no projeto estavam 3 mil exemplares e não rodavam os 3 mil... Aí alguém disse assim: *“Não, vamos vender na praça, porque aí todo mundo vê o movimento, a gente fotografa e presta conta”*.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Esses livros nunca foram vendidos. Os nossos — eu sei disso — nunca foram vendidos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É porque no *e-mail*... Está aqui: *“Oi, Felipe. Tudo bem? Para afinar a prestação de conta do livro, falta comprovar a distribuição de 1.100 exemplares. O Sr. Bellini me informou que consegue cartas de comprovação de 800”*. Ou seja, o Fábio Porchat emitia lá...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - O que eu sei do Fábio... Ele é Presidente da Academia Latino-Americana de Arte.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Aí ele fornecia o comprovante.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não é o comprovante. A gente doava livros, assim, frequentes para a Academia Latino... Brasileira de Arte.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas não na quantidade que...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu não sei te falar. Doava.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O problema é a quantidade. Não é...



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Se você for lá, você vai achar livros nossos até...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tem aqui. Inclusive na correspondência diz assim...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não sei te falar. Não sei te falar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - *“Pensei em fazer uma carta para o Ministério informando que fiz a distribuição de 300 exemplares restantes do local aberto. Então, para embasar essa carta, eu gosto de pegar três caixas de livro...”* Ele pegava três caixas, ia para a praça, distribuía o livro, fotografava, entendeu, para prestar conta, porque na prática... *(Ininteligível)* não. Distribuía 3 mil, porque ninguém vai conferir se distribuiu 300 ou 3 mil, né? Esse é o grande problema da *Alegria do Brasil: um Olhar sobre os Sorrisos Brasileiros*, que tem essa questão da Academia Latino-Americana. O Fabio Porchat deu muito... comprovou muito isso. Declarações falsas de doação de livros. É isso que eu estou dizendo.

Você tinha conhecimento disso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - O que eu tinha conhecimento é que eram doados livros para a ALA.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas na quantidade...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não sei. Não sei. Não sei te falar. Eu nunca fiz isso dentro da empresa. Eu cuidava da captação.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É, porque você não cuidava disso. Então, eu vou perguntar para o... É o caso da Kátia, inclusive, com 300 exemplares. Mas isso aí eu vejo com ele. Agora, você conhece a AlphaGraphics?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Conheço, é lógico. Acho que todo mundo conhece aqui... *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É? Então você pode explicar: há uma nota fiscal de impressão de 3 mil exemplares de livros prevista no projeto, emitida pela AlphaGraphics, e, segundo os documentos acostados aos autos, quem efetivamente imprimiu foi a gráfica Santa Edwiges.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não sei te falar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Emitia a nota da Alfa, mas quem fazia não era a Alpha.



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não sei te falar. Pergunta para o Felipe também. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Inclusive emitiu a nota exatamente no valor do projeto...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Esse... essa...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Era isso que eu ia te perguntar. Por exemplo, quando você encomenda rodar uma... Por exemplo, a AlphaGraphics, a gráfica, ela emite a nota, porque foi ela que emitiu a nota para prestar contas, mas rodava na Santa Edwiges porque era mais barato. Ficava esse crédito? Vocês tinham algum crédito na conta corrente da empresa? Você não?...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu não mexia com isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tá. Então, deve ser o Felipe. Você conheceu o Geraldo Amorim ou não?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Que é o dono da gráfica. Não é isso? *(Pausa.)* Bem, no caso, o Geraldo Amorim, que é o dono dessa AlphaGraphics, ainda foi destinatário de outras três notas fiscais.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Desculpa. Eu não sei dizer...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É porque o teu nome está aqui.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Mas não adianta...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O teu nome está aqui. Inclusive você é sócio dela, da empresa. Eu vou dizer aqui... é isso o que estou dizendo aqui. A AlphaGraphics, além da nota fiscal dela, ainda emitiu mais três notas em nome da Avant Locações, da Mkady Comércio e Propaganda em Brindes e da Vaz e Amorim Serviços para Escritórios, empresa essa que tem entre seus sócios Felipe e Bruno. Qual é a tua empresa, dessas aqui? A Avant?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, a Newkady.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Hein? Newkady?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, a Newkady.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é. O Geraldo Amorim emitiu notas para a Mkady.



O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, mas pergunta para o Felipe, porque eu não cuidava dessa parte. É isso o que eu estou te explicando. Eu cuidava da parte de captação da empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Essa parte de pagamentos...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas a empresa é sua.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, eu sei, mas quem administrava a minha empresa também era o meu irmão.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ah, você não...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, eu era sócio da empresa, dava toda a autonomia para a gente produzir cultura, mas eu não emitia nota fiscal.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ah tá. A Zuleica é a mesma coisa? Quer dizer...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Tinha contador.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - (*Ininteligível*) área de captação.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas, por exemplo, você não sabia?... Você está dizendo que você não sabia das operações que foram feitas na tua empresa? Você deixava a turma fazer isso? Como a Zuleica disse aqui também, a mesma coisa. O nome fantasia é laranja.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Na verdade é assim: eu sabia, porque você tem que... Todos os pagamentos são assinados pelos sócios da empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tá. Mas quem administrava a tua empresa não era você.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não. A contabilidade. Tinha advogado, administrativo na empresa. Não era eu.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi. Então, eu acho que o Bruno é que vai poder nos auxiliar mais aqui.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Felipe.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Deixe-me só... Bem, o Grupo Bellini já emitiu notas fiscais frias — um monte — para prestar contas. Frias que eu digo é



assim: quando você faz despesa numa determinada empresa e, na hora de prestar contas, você emite notas.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, você não sabe, porque você acabou de dizer que eles emitiam as notas.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, mas não. Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Que você saiba. Mas teve muito. Inclusive você pode estar respondendo por isso. A Bellini Cultural já emitiu notas frias, a fim de comprovar a execução do projeto, inclusive nessa sua... Prestava conta como se fosse... Inclusive, a própria Kátia citou isso num depoimento à Polícia Federal. Você poderia nos dizer qual foi o acordo que foi feito pela Bellini Cultural com a gráfica Mazer? Conhece a gráfica Mazer ou não?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Como eu te falei, eu não cuidava disso. Não adianta você continuar me perguntando, que não é da minha área isso aí.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Se você quiser perguntar alguma coisa na parte de mercado, de patrocinadores...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você conheceu o servidor Arlício? Também não? Do Ministério. Não? Quem é Fábio Ralston? Conhece?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Conheço, conheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quem é esse rapaz?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Ele era um captador nosso também. Ele é sócio de uma empresa também que fazia parte da...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Fazia captação.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Fazia captação.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Teve um momento em que ele mandou um *e-mail* para Mônica. Quem é Mônica?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Mônica? Qual é o sobrenome? Desculpe.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, só tem "Mônica". Eu não tenho o nome dela todo, não.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Três Mônicas, eu acho, trabalhavam lá.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Vou te mandar o que ela escreveu: *“Mônica, peça a confirmação de que o projeto estará seguindo para a pauta da CNIC em dezembro. Ainda temos aquela pessoa lá em Brasília para nos auxiliar dentro do Ministério?”* Estou dizendo que o e-mail está aqui. Você sabe quem poderia ser essa pessoa ou não?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não faço ideia. E “auxiliar”... Deve ser alguém com quem ela fala por telefone, para dar algum auxílio.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Alguém já comentou contigo? Alguém de Brasília?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não. Nada, nada.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O nome de alguém que, dentro do Ministério, ajudava?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Nada, nada. Pelo contrário, eles só dificultavam. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, nem fiscalizavam. Tem mais de 20 mil projetos sem fiscalização.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então. Imagine você mandar um projeto, e demorar de 6 a 1 ano para aprovar. Você não conseguia falar com ninguém...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Bem, o Odilon... Você já falou que já participou de reunião com o Odilon. Da Cristália, não é? Tem inclusive aqui... Olha só o que eu estava dizendo aqui, que confirma o que Domingos acabou de dizer, o nosso Relator: *“Fábio, o evento da Credicard Hall não poderemos”*... Olha só como está, Domingos, o documento com... É essa questão dos eventos fechados: *“Fábio, o evento da Credicard Hall não poderemos fazer, em comemoração aos 100 anos do (ininteligível)”*... O que é isso?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - *(Ininteligível)* Acho que é...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - *“Pois estamos tendo nossos projetos reprovados quando são fechados para empresa”*. Estamos tendo nossos projetos fechados. *“O Bellini acabou de me informar. Só poderemos fazer em praças, teatros, mas destinando ao público em geral. Essa é a nova forma que vamos trabalhar daqui para a frente. Qualquer dúvida pode falar com ele. Ele vai te esclarecer*



melhor. Continuamos com o da Praça Victor Civita sem problemas. Zuleica.” Ouviu, Bruno?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Eu ouvi, eu ouvi tudo o que você falou, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O Fábio recebeu essa mensagem da Zuleica, que é sócia também da empresa.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ou seja, a partir de... Isso foi em 2015, viu? Em meados de 2015 é que foi isso aqui. Viu, Domingos?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Mas eu não estou nessa comunicação, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Então, em 2015, a Zuleica, que é uma laranja também de uma empresa, que também não sabe o que aconteceu lá, diz isto: *“Olha, a partir de agora não podemos mais fazer show fechado, daqui para a frente só pode ser aberto”*. Ou seja, todos os *shows*... Evidentemente, muitos deles eram fechados, todos os que foram citados aqui. Era o *modus operandi*, era isso mesmo, seja o captador oferecendo, seja a empresa exigindo.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não eram fechados.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É. Aberto, vírgula. É um *show* aberto, mas de que só pode participar...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Depende do ponto de vista. O seu ponto de vista...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Está aqui a Zuleica mesma confirmando isso. A Zuleica, que é sócia da empresa, disse: *“Olha, a partir de agora, de 2015, não podemos mais fazer show fechado”*. Não fui eu que escrevi isso, não. Está escrito por ela. E este documento é importante. *“Fábio... pois estamos tendo os nossos projetos”*... Isso em meados de 2015. Esse negócio começou em noventa e pouco. *“(...) pois estamos tendo os nossos projetos reprovados quando são fechados para empresa. O Bellini acabou de me informar: só poderemos fazer em praças, teatros, mas destinando ao público, em geral. Essa é a nova forma que vamos trabalhar daqui para a frente.”* Ou seja, em meados de 2015. Então, a partir de 2015, o Grupo Bellini passou a fazer aberto, porque antes era fechado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muda o *modus operandi*, como diz o...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É. Aí passou ao que a lei determina. A lei diz que tem que ser aberto. Não pode ser fechado, mas até 2015... E eu não tenho nenhuma dúvida, eu conheço isso, eu sou contador: as empresas não vão investir na Lei Rouanet milhões e milhões, ou para o fundo, ou não sei para quê, se elas não tiverem retorno. Isso é óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso é óbvio.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Então, está muito claro. Não estou dizendo que a culpa é sua. Não. Estou dizendo o seguinte: a Lei existe e ela foi utilizada pelos promotores, pelos patrocinadores dessa forma. Infelizmente, foi assim que aconteceu, mas é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Bem, eu queria, portanto, agradecer a colaboração ao Sr. Bruno Vaz Amorim.

Eu solicito, Sr. Bruno, que o senhor aguarde na sala da CPI, a reservada lá, até o término da sessão, porque nós vamos agora ouvir o seu irmão, o Felipe.

O senhor tem alguma coisa a dizer?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Só para concluir aqui, eu queria... Acho até que a delegada que fechou o nosso inquérito... Ela comentou que a Lei Rouanet é como se fosse uma lei invisível. Acho que foi uma posição bem contingente dela aí. Porque é assim..., é a conclusão a que vocês acabaram de chegar aqui. E acho que... Agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês. Pela primeira vez eu tive a oportunidade de falar, explicar um pouquinho da experiência que eu tive no mercado. E estou à disposição, quantas vezes for preciso, para retornar aqui para estar colaborando com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu agradeço, Felipe.

Eu só queria, Bruno... Se você realmente quisesse contribuir conosco e com o Brasil, você poderia nos dar o nome do garoto... do artista garoto-propaganda ou garota da Lei Rouanet, porque realmente... Pode mandar no anonimato. Ajude-me nisso aí. A gente precisa saber quem é esse garoto-propaganda ou garota-propaganda — não é? — que possibilitou...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Ou "os".



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ou “os”. (*Riso.*) Está certo?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu estou percebendo que o Felipe...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Bruno.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bruno. Desculpe-me. O seu irmão, o Felipe, é o próximo a depor. Embora com o *habeas corpus* preventivo, procurou colaborar. Mas num aspecto... E eu até compreendo que você não tem que formar prova contra você, e nós estamos aqui num inquérito, mas existe um aspecto com relação a como a gente interpreta, embora a lei, todos têm que reconhecer... E você até fez uma referência no final, que eu não conheço...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Deputado...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...ou pelo menos não li assim com esse nível de detalhe, de lembrar de uma palavra... Essa coisa da lei invisível. Ou seja, você quis dizer que é uma lei de que não havia...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Não havia a fiscalização. É isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não havia fiscalização, e, portanto não havia uma clareza, uma evidência,...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...na sua maneira de interpretar. Eu vou só insistir numa questão. Porque, num dado momento da sua fala, quando houve esse embate de entendimento por parte do nosso colega Deputado Izalci — e eu também debati com você a questão de atender à exigência do patrocinador, quando teve como referência aqui até o *show* de Recife, e você falou “*olha, existem outros, isso passou a ser uma prática de mercado*” — num dado momento, você falou assim: “*Olha, até porque essa coisa de ser aberto ou não*” — mais ou menos com essas palavras; aqui tudo está registrado — “*depende de como você divulga*”. É claro, depende de como você divulga. Se você vai fazer um *show* na praça pública e divulga, o artista divulga na mídia, sai nos jornais, sai nas redes sociais, na imprensa — “*hoje vai ter show da banda tal na Praia de Copacabana ou na praça tal*”; aberto ao público —, a tendência é de que vai lotar. Se você faz um projeto, aprova no Ministério da Cultura, e vai ter o *show* da banda “x”, que pode ser muito famosa, mas apenas convida, diretamente, até com convite, algumas pessoas, você não vai



barrar alguém que chegar lá, mas irão as pessoas que foram convidadas. É isso, na prática?

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então. Na verdade não era isso. Porque você, no projeto, tem uma verba de divulgação...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - ...e você presta contas. Você tem que mandar até quando... Por exemplo: se você vai fazer uma divulgação, numa rádio, do *show*, eles pedem que você envie o *spot* que foi divulgado. Você comprou um quarto de uma página num jornal? Você precisa mandar isso. Senão, você não consegue movimentar essa verba.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Hum, hum.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Então, a gente fazia realmente a divulgação, mas assim...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Porque foi você mesmo que disse...

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É intensidade, eu estou falando, é intensidade...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Intensidade, intensidade...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Bruno, mas tinha lugares em que tinha *show* de manhã, da orquestra, e à noite tinha o *show*. São coisas distintas.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - É, intensidade, a intensidade da divulgação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Intensidade da divulgação. Está o.k. Obrigado.

O SR. BRUNO VAZ AMORIM - Obrigado. Obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Bruno. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E se não fosse assim ele não captaria nada. Viu, Domingos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu agradeço a colaboração, portanto, ao Bruno Vaz Amorim e solicito que aguarde o término do depoimento do Sr. Felipe Vaz Amorim na sala da CPI. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Felipe Vaz Amorim a tomar assento à mesa. (*Pausa.*)



Bem, como sabemos, Sr. Felipe, os senhores estão munidos de *habeas corpus*. Portanto, não há necessidade de que seja firmado o termo de compromisso. Mas contamos ainda há pouco com a colaboração do seu irmão, do Bruno, que, mesmo com o *habeas corpus*, contribuiu com esta CPI com algumas informações, no nosso modo de ver, importantes. Então, eu quero lhe conceder a palavra por 20 minutos. E, após a sua fala, os Parlamentares farão as devidas perguntas.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Água para mim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos botar uma água aqui para o Felipe, por favor.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Boa tarde a todos. Eu gostaria de, primeiramente, cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, o Sr. Relator, os ilustres presentes, os Deputados. Gostaria de agradecer a oportunidade que estão evidentemente nos concedendo, pela primeira vez (*ininteligível*) passando a nossa verdade, a nossa informação. De fato, assim, existem muitas questões relacionadas à Lei que precisam ser revistas. A Lei apresenta diversas questões que, ao longo dos últimos anos, permearam aí basicamente ao relento, e o total, como se pode dizer, abandono por parte do Ministério da Cultura. Eu gostaria de deixar claro que, apesar de estarmos com o *habeas corpus*, eu tenho a total intenção de colaborar, como comentei, para que a lei possa ser aperfeiçoada nos seus devidos artigos e instruções normativas. Eu sempre atuei mais focado na área de gerenciamento dos projetos culturais. A minha formação é em administração. Eu sempre fui um profissional que sempre lidou com os projetos culturais mais na questão da esfera administrativa da sua gestão, na gestão de projetos. Eu iniciei o meu trabalho, junto ao meu pai, na Bellini Cultural, como estagiário. Posteriormente, eu, assim, rodei em algumas áreas lá para ter conhecimento técnico sobre os segmentos culturais nos quais a empresa atuava. Posteriormente, com todo o ocorrido na questão ali da denúncia, algumas, no meu entendimento, arbitrariedades com relação ao Ministério da Cultura com relação a nossa empresa, meu pai acabou ficando com uma depressão, e eu gradativamente acabei assumindo a gestão de alguns projetos culturais, sempre com a consciência dele, ele sempre atuando de forma consultiva junto a nós, mas eu fiquei responsável. Mais precisamente nos últimos projetos, principalmente relacionados aos segmentos de teatro e livros, eu acompanhei



algumas produções. Bom, com relação a tudo isso, eu gostaria de fazer apenas um adendo aqui. Eu já vou concluir, para não tomar mais o tempo dos senhores e ficar à disposição para as perguntas. Mas eu gostaria de deixar um instante de consternação aqui com relação a minha pessoa. Acho que todos vocês aqui são pais, filhos. Tem filhos a maioria de vocês. E vocês não sabem, acredito que devam perceber, e saibam, talvez, o quanto um casamento é importante para a vida de uma pessoa, seja ela a pessoa que está casando, seja também a família em que isso está acontecendo. Tudo que vendeu essa operação, vamos chamar assim, girou em torno do meu casamento. Um casamento que não foi pago com a Lei Rouanet. Um casamento que foi pago pela família da minha esposa. Eu nunca tive a oportunidade de me defender, perante a mídia, de todas as acusações que foram feitas. O abatimento psicológico... Eu, até hoje, não consegui sentar para ver o vídeo do meu casamento e definir as fotos finais do meu álbum de casamento, tamanho o trauma que tudo isso gera na cabeça de uma pessoa. Todas as notas fiscais, os contratos envolvidos no meu casamento que comprovam o pagamento dele pela família da minha esposa foram entregues à Polícia Federal logo na sequência em que foi deflagrada essa operação. Eu acho que as coisas devem ser feitas com enorme responsabilidade, principalmente quando se trata da família e desses momentos familiares, que são tão importantes na vida de qualquer ser humano. Eu acho que isso é fundamental. Acho que isso é primordial. É respeito isso. Eu acho que isso deveria ter tido um mínimo de atenção e um pouco de delicadeza, quando isso foi colocado, da forma como foi, pelos responsáveis pela operação. Valorizo o trabalho da Polícia Federal. Acho que eles têm uma participação importante nesse processo que estamos vivendo no nosso País, mas eu acho que as coisas têm que ser feitas com responsabilidade. Por fim, estou à disposição para responder às perguntas dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Sr. Felipe. Surpreende-nos a forma como o senhor até mesmo se colocou, porque fatalmente esse seria um dos pontos sobre os quais iríamos perguntar. Na verdade, para que o senhor tenha ideia do tamanho desta notícia, eu lhe afirmo, com certeza absoluta, que o que permitiu a abertura da CPI da Lei Rouanet foi a notícia do seu casamento. Você me traz um dado aqui que acabei de pedir ao Relator. Temos que



verdadeiramente investigar agora essa questão. Eu já tinha ouvido — não sei quem disse, acho que foi a Sra. Zuleica que já tinha dado essa notícia — que o casamento teria sido pago pela família da noiva. Como repercutiu a notícia de que os recursos foram oriundos da Lei Rouanet? Há alguma coisa que precisa ser explicada, principalmente para a sociedade.

Vou fazer poucas perguntas e vou passar a palavra ao Relator. Conto com sua colaboração. Já vi que o interesse de vocês também é o de colaborar. As perguntas que o senhor não puder responder, o senhor não é obrigado a fazê-lo, uma vez que está com um *habeas corpus*, e ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo.

O senhor sabe dizer em que endereço está registrada a empresa Avant XXI Locações hoje?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Hoje ela está registrada no endereço onde era a minha residência, que não é mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quantos funcionários o senhor tem?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Quantos funcionários? Tem o motorista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Só um motorista?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Na realidade, o motorista era, assim, contratado de acordo com a demanda, o frete que a gente tinha, os motoristas demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor já foi sócio da Master? E por quanto tempo?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu fui sócio da Master. Eu não tenho certeza com relação ao tempo, mas foi aproximadamente 1 ou 2 anos. Não tenho na cabeça isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quem o convidou para ser sócio?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Foi conversado entre mim e meu pai, Antonio Bellini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Foi o seu pai?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Foi o meu pai.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Como aconteceu com o Bruno também?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, o senhor também foi sócio da Solução Cultural?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Da Solução e da Amazon Books também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Por quanto tempo? O senhor lembra por quanto tempo ficou como sócio?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Acredito que tenha sido de 2006 até 2014. Ou de 2007 até 2014. Não sei de cabeça, mas foi dentro desse lapso de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O endereço é o mesmo, Avenida das Magnólias, nº 1.017?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso. Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Das empresas todas?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É que teve... Durante determinado período, o escritório mudou de endereço para outra sede, de fato, na região do Morumbi. Eu não sei se contabilmente ela foi alterada para esse endereço, que é na Avenida Giovanni Gronchi, parece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quais contatos o senhor tinha com os patrocinadores de projetos culturais executados pela Lei Rouanet? Quem mantinha contato era o senhor?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não. Nós tínhamos um time de captadores, em que esses captadores, eles atuavam trazendo negócios para a própria empresa. Eu, no cargo de coordenador, eventualmente participava de uma ou outra reunião, mas a maioria delas era ligada à execução do projeto cultural. Conforme comentei, eu era gestor de projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dentro desse seu gerenciamento, quais eram os acordos estabelecidos com os patrocinadores em relação aos eventos patrocinados? O que era tratado? O que era discutido? O que o senhor oferecia a eles?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Olhe, os patrocinadores, normalmente, quando sentados lá para conversar, eles propunham... Nenhum patrocinador, no



meu entendimento, ele quer patrocinar um projeto pura e simplesmente pelo projeto. Ele sempre quer saber qual é a contrapartida que ele vai ter com relação a isso. Então, na maioria das reuniões de que participei com patrocinadores, em que foi discutida essa questão de contrapartida, eles solicitavam que fossem feitas contrapartidas de exposição de marcas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eventos fechados, por exemplo, eram uma contrapartida? Eventos fechados e abertos?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É que o evento fechado em si... Nós nunca deixamos o evento sem que... Que ele fosse 100% fechado, ou seja, impossibilitando a entrada de qualquer um. Mas eles se dispunham a pedir convites e, assim, *flyers* de divulgação para fazer uma divulgação pessoal deles, juntamente com as outras que eram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Felipe, o senhor teve contas bloqueadas pelo Ministério da Cultura?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Pelo Ministério da Cultura? Proponente ou agora, com a operação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu quero me referir ao projeto da Orquestra Sinfônica Arte Viva. Foram mais de 900 mil captados. O proponente era a Master, e o senhor era sócio da Master na época da apresentação desse projeto. Esse projeto teve as contas bloqueadas pelo Ministério da Cultura.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É que eu não lembro se, na época da captação, eu era sócio ainda dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Era. De acordo com o inquérito, o senhor era sócio.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu era sócio? Não me recordo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O curioso é que o projeto teve as contas bloqueadas por aquele que, durante anos, foi negligente na prestação de contas, que é o Ministério da Cultura. Então, deve ter sido uma coisa muita escandalosa que aconteceu aqui.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Veja bem: os projetos, eles foram bloqueados... Quando ocorreram os bloqueios das contas do projeto cultural, o Ministério da Cultura, ele fundamentou o bloqueio dessas contas em cima de uma



argumentação sobre a instrução normativa que diz que podem ocorrer inabilitações cautelares em projetos culturais apenas quando constatadas no projeto cultural, durante a sua execução, irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Exatamente. Porém, esses projetos, no ato em que eles foram bloqueados, eles não tinham nem prestado contas. Então, como é que já haviam sido apuradas irregularidades dentro desse projeto cultural...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Se não houve prestação de contas.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - ...se não houve prestação de contas? Então, quando ocorreu a inabilitação cautelar desse projeto e dos outros projetos culturais, porque foram bloqueados todos de uma vez, foram bloqueios efetuados em cima de uma normativa, de um artigo dentro lá dessa normativa, que não permitia o tal bloqueio. Durante uma execução de um projeto cultural, você efetua contratações antecipadas de fornecedores que vão prestar o serviço futuramente em que você faz pagamentos parciais. Então, como é que você está executando um projeto cultural? Você faz o pagamento de 50%, vou dar um exemplo, do cachê da orquestra. Chega lá, o projeto, ele é inabilitado cautelarmente por um motivo totalmente fora da — entre aspas — “legalidade”. Diante dessa situação, você não consegue concluir o projeto cultural. Evidentemente, ele não vai ser concluído, o projeto, ele vai ser irregular. Essa questão dos, assim, bloqueios... Foram, inclusive, bloqueados projetos no dia seguinte à captação. Não havia tido nem movimentação financeira dentro do projeto cultural, e eles foram inabilitados dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor lembra, pelo menos em uma amostragem, quantos e quais projetos tiveram como beneficiário o patrocinador Laboratório Cristália? Foram cinco, dez, vinte? Pode ser um chute, uma expectativa.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Olhe, eu posso estar cometendo uma gafe, mas acredito que cinco projetos. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - No máximo cinco?



O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Cinco projetos culturais do PRONAC, sim. É porque, muitas vezes, um PRONAC de um *show* realizava um, dois, três *shows*, dentro lá do mesmo PRONAC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu estou achando que isso aqui foi um erro de grafia da minha consultoria: Paula Lima? Não seria Paula Fernandes?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, Paula Lima é outra cantora da MPB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não a conheço. Está aqui como uma artista famosa. Paula Lima e Elba Ramalho tiveram como beneficiário o Congresso Brasileiro de Anestesiologia. Eu achei estranho. Isso foi em São Paulo, não é? O senhor se lembra do ano disso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - O ano desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Foi em 2013, 2014 talvez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não é importante.

Eu vou finalizar a minha parte, mas, já que o senhor teve a coragem de falar sobre o assunto, pergunto: o que o senhor acha que aconteceu para que a imprensa divulgasse que o seu casamento foi bancado pela Lei Rouanet? O que houve?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Pelo que a imprensa noticiou, acredito que foi pelo que houve de informação pela parte da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vazado?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Acredito que sim. Não sei. Eu não posso afirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Esses dados foram tirados do inquérito?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Pelo que eu entendi, foi feito um inquérito preliminar ou um relatório preliminar que apontava que o meu casamento havia sido pago com recursos da Lei Rouanet. Porém, eu não consegui identificar no próprio inquérito essa afirmação, esse embasamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas o senhor não tinha como provar que foi a família da sua esposa?



O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Foram apresentadas... No ato seguinte que foi divulgado isso, o meu advogado juntamente com a minha esposa e a família dela forneceram todos os documentos. E isso foi anexado junto ao nosso inquérito na Polícia Federal. Exatamente! Mas o estrago já estava feito. Depois você alegar isso de forma... Isso já estava tudo divulgado. A minha vida já estava toda exposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Os políticos sabem muito bem o que é isso.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu imagino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nós sabemos muito bem como são as coisas.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Felipe Amorim, nós já estamos cientes de que o senhor trouxe um *habeas corpus* preventivo, mas estamos vendo a sua colaboração. Eu quero louvar essa iniciativa, obviamente ressaltando que nós temos que tratar aqui daquilo que for dito. O senhor pode deixar de dizer algo, mas aquilo que for dito tem que ser absolutamente dentro da verdade, porque nós vamos anexar todas as notas taquigráficas. Obviamente, qualquer depoimento que falte com a verdade a esta Comissão, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito e constitucionalmente tem poder investigativo, caracteriza falso testemunho, caracteriza crime. Eu quero deixar isso bem claro, na presença do senhor e do advogado, que nós não estamos aqui induzindo o senhor a formar prova contra si mesmo. O senhor está com toda liberdade de não falar, mas o que falar deve ser absolutamente dentro da verdade. Eu inicio na mesma linha que comentei com o seu irmão de que a Procuradora da República trouxe a esta Comissão as suas conclusões de que entendia claramente, por ser operação com recurso público. E foi isso o que motivou a existência desta CPI. O Presidente fez referência a um episódio específico, mas, desde o início — não só quando assinei, mas desde o momento em que participo desta CPI —, participo para que verifiquemos a destinação do dinheiro público de um modo geral, para saber se foi aplicado nisso ou naquilo. O problema é se o dinheiro público foi desviado. O dinheiro da Lei Rouanet é dinheiro público. Portanto, além de poder se tratar, segundo a Promotora, de estelionato, pode-se considerar também a possibilidade de peculato. Neste



inquérito, nós estamos também analisando como se usou o dinheiro público e quem tem responsabilidade direta nisso. Portanto, as minhas perguntas vão na linha de saber como é que esse dinheiro público foi captado, como foi utilizado, quais foram os objetivos. Início perguntando o seguinte: o que, na sua opinião, desencadeou a Operação Boca Livre? O senhor fez referência a um episódio específico, sobre o qual, mais à frente, quero indagar, até para lhe dar a oportunidade de esclarecer melhor, mas a Operação Boca Livre não foi por causa disso. Ela virou manchete em razão disso. Ela ocorreu porque dezenas, centenas de projetos culturais tiveram indícios e denúncia formal de desvio de finalidade, com indicativos de superfaturamento, de nota fria, etc. O senhor também esteve entre os que foram presos na Operação?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor foi preso. Então, a minha indagação é mais direta ainda: por que o senhor entende que foi preso? O que objetivamente deu origem? Qual a alegação que lhe foi feita para dizer que o senhor estava sendo preso e que havia tal operação em andamento? Qual é o seu entendimento em relação a isso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Olha, em relação às prisões, no meu entendimento, não eram necessárias em função de que a própria empresa, o próprio Antônio Bellini estava, ao longo dos últimos anos, tentando de forma oficial, inclusive, desenvolvendo até uma proposta oficializada junto ao Ministério da Cultura para resolver a questão. Então, eu acho que ninguém, em momento algum, da própria empresa... Conforme eu comentei aqui, ocorreu uma denúncia, uma denúncia anônima. Através dessa denúncia anônima, iniciou internamente, dentro do Ministério da Cultura, uma apuração lá dentro dos nossos projetos culturais, o que não ocorria antes e que não ocorre em diversos projetos culturais até hoje. Dentro dessa apuração foram colocadas algumas... Como eu comentei agora há pouco, respondendo à pergunta do Presidente, foram feitas algumas imposições de forma arbitrária, no meu entendimento, irregulares, por parte do Ministério da Cultura, que, enfim, motivaram a consternação e nos fizeram ir ao Ministério da Cultura para procurar entender o que estava acontecendo. E nós nos predispusemos — se estivesse havendo algum entendimento errado sobre as



nossas operações, sobre as nossas coisas que entendíamos que estávamos trabalhando dentro do que o mercado atua — a repor esses produtos culturais. Então, diante disso tudo, em momento algum, nós como empresa atuamos de má-fé para ou nos ocultamos ou fugimos à nossa responsabilidade em resolver a questão. Então, eu acho que isso comprova que nós estávamos agindo de boa-fé. Então, no meu entendimento, por essa boa-fé, eu acho que não se justificava. Se fosse necessária uma apuração, uma fiscalização por parte da Polícia Federal, como estava ocorrendo, essa apuração podia ser feita de forma natural e nós seríamos colaborativos da mesma maneira, pois a gente estava à disposição e tentando fazer isso dessa forma. Com relação ao motivo, o que foi colocado na solicitação da nossa prisão preventiva foi que não havia dinheiro nas nossas contas correntes. Então, para justificar a questão e para impetrar o *habeas corpus* junto à questão, nós juntamos os nossos extratos dos últimos meses, para mostrar ao juiz, ao desembargador, que aquela movimentação de poucos recursos... A nossa conta era uma coisa rotineira e natural. Isso foi feito e, desde então, o *habeas corpus* foi concedido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor está dizendo que o seu pai — ele disse alguma coisa nessa linha aqui — procurou o Ministério da Cultura para verificar o que teria de ser repostado. Vocês estavam entendendo, até pelo bloqueio de alguns projetos que poderia haver um entendimento de irregularidades.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E havia o desejo de fazer um entendimento no campo administrativo. O senhor participou disso? Esteve no Ministério da Cultura com ele? Teve algum contato?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu estive não em todas as reuniões, mas eu participei — acredito — de duas ou três reuniões. Foram umas cinco, seis, aproximadamente. Se vocês puxarem o registro...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - No Ministério?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - No próprio Ministério. Porém, todas elas agendadas de forma oficial junto ao Ministério da Cultura, encaminhando *e-mail* oficial à secretária, à pessoa responsável, ou ao gabinete do secretário ou ao Ministro, mas todas elas feitas de forma oficial e com responsáveis por áreas



técnicas presentes. Isso nunca foi feito de forma oculta, sempre de forma oficial. Inclusive, numa das últimas reuniões de que participei estava presente o responsável, na ocasião, pela CONJUR — eu não me lembro o nome dessa pessoa — apontamos a possibilidade de colocar a proposta de ressarcimentos dos produtos culturais que haviam tido reprovação do projeto cultural. Ele sinalizou como positiva essa possibilidade. Nós desenvolvemos uma proposta detalhada para a devolução desse produto cultural.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Quem foi esse interlocutor que sinalizou como positiva? O senhor se lembra?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - O nome dessa pessoa eu não me recordo, mas era o responsável na ocasião.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Era o secretário?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Estava o secretário presente. Porém...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Chegou-se a fazer ata de alguma dessas reuniões, com assinaturas de presença?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Acredito que sim. Acredito que sim, porque em muitas dessas reuniões tinham diversos tipos presentes. Acredito que eles devem ter esse hábito de fazer atas, porque eram reuniões oficiais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não são todos os Ministérios, mas é uma pergunta que eu te faço. Você se lembra de ter assinado a sua presença em algum lugar?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não. Eu acredito que não. Eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas houve um início. Qual a conclusão?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Houve um entendimento administrativo. Ele pediu para nós formularmos a proposta de ressarcimento dos produtos culturais que haviam sido reprovadas as suas prestações de contas. Nós desenvolvemos a proposta internamente dentro da empresa, e nós fomos... Eu fui pessoalmente à sede do Ministério da Cultura, na parte de protocolo e despachei, em cada um dos PRONACs nos quais havia reprovações, a proposta. Ao longo dos meses subsequentes, entramos em contato diversas vezes com as pessoas que nos



atenderam ali na reunião e a nossa resposta era sempre: *“Está em análise, está em análise, está em análise”*.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso me que época? Em que ano pelo menos?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso em meados de 2015.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pouco antes da operação.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Pouco antes da operação. Logo, na sequência, ocorreu essa operação. Por isso, que eu digo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, naquele momento, vocês já tinham alguma informação de que a operação estava em curso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ou que o Ministério Público estava...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - O que nós tínhamos... O que nós tínhamos era uma questão administrativa junto ao Ministério da Cultura...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Uma questão administrativa que havia bloqueado...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Em momento algum, nós imaginávamos que isso pudesse ser uma questão criminal e questionável da forma como ela está sendo agora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor, obviamente, tem o seu envolvimento no inquérito a ponto de ter sido preso, em razão também de que o senhor é parte das empresas — desde que propõe — que presta serviços. De quantas empresas? Em quantas delas o seu CPF consta ou constou como sócio?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Como assim? Em relação aos projetos culturais?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Empresa em que há o seu CPF. Isso não é uma coisa difícil de a pessoa lembrar. O seu CPF no contrato social, ela vai...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu fui sócio da Solução, Amazon...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A Solução é uma e a Amazon é outra empresa.



O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Em que eu fui sócio ou em que eu consto com sócio agora?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Em que você foi e em que você ainda é. Isso não importa.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Na Amazon e Solução eu fui sócio durante determinado período.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Essas empresas ainda existem?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Existem. Existem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Além do senhor, há alguma outra pessoa da família?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu com o meu pai.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Seu pai.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, você saiu...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Ele era o sócio-administrador. Eu era o sócio para constar no...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Hoje é seu pai que responde por elas.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tá.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Na empresa Master eu fui sócio por um período curto de tempo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Master é gráfica?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, não. Master é uma empresa também de produção cultural.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Produção cultural.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você foi sócio também?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Fui sócio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E continua existindo no nome do seu pai?



O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A empresa... Não. Eu fui sócio e, num determinado momento, a Zuleica assumiu a empresa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Está com a Zuleica.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Qual outra empresa?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Bom, tem a empresa Avant, onde eu sou sócio sozinho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Avant. Você é o titular.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Que é uma empresa de locação de veículos. Eu fornecia tipo locação de ônibus, através de dois ônibus que a empresa tinha. A empresa está em processo de fechamento agora, que eu estou concluindo. Eu vendi os dois veículos para, enfim, para eu... No ato, quando ocorreram as operações, eu fiquei... Eu não recebi nem a minha remuneração do mês seguinte, eu fiquei um pouco apertado. Eu tenho os meus custos fixos mensais, aí, e eu acabei tendo que me desfazer dos dois ônibus. E eu estou encerrando... Eu encerrei a operação dessas duas empresas. E eu também tenho a construtora, em que eu atuo de forma totalmente independente e alheia à questão cultural.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É uma construtora. Qual o nome?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Chama BRA Construtora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - BRA.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso. E eu fiz recentemente uma empresa para trabalhar. É tipo uma construtora também, mas para trabalhar através de uma plataforma multimídia de construção. É um negócio... É uma *startup* aí na área da construção.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não tem nenhuma relação com projetos culturais?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, não. Nenhuma relação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E a Vaz Kady?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Vaz e Amorim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É uma empresa de representação comercial na área também de *marketing*, mas ela não propõe projetos.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas você também participou de sócio dela?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não. Eu sou sócio até hoje. Eu tenho participação na empresa até hoje. A empresa funciona... É uma empresa tipo brindes corporativos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E a Newkady?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A Newkady eu não sou sócio dessa empresa, não. Meu CPF não consta como sócio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você tem algum conhecimento sobre o funcionamento da Newkady?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A Newkady também atua nessa área promocional, de *marketing* promocional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E a Mkady?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A Newkady e a Mkady... Também atuam nessa área promocional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas é outro CNPJ.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Mas não tem o meu nome.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu sei. Mas você conhece a Mkady?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu tenho esse conhecimento, mas eu não tenho participação nessa empresa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas é da família?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Atua também nessa parte de promoções, mas eu não tenho conhecimento técnico para lhe passar...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas você sabe que existe a empresa?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu sei que existe. E estou falando: é da área promocional, mas eu não tenho... Eu posso cometer algum equívoco em lhe passar uma informação...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Se você sabe que a empresa existe, obviamente sabe por quê. Ela é de algum parente?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É da área promocional.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ela fazia parte do grupo? Prestava serviço? O que você sabe da Mkady?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Prestava serviço... Ela presta serviço. É uma agência na área, assim, de promoções e brindes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A Newkady. É outra empresa?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso. É uma outra empresa também de *marketing* promocional. Mas eu não tenho o meu CPF vinculado a essas empresas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas elas têm alguma ligação com o Grupo Bellini?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Com o Grupo Bellini, não! Elas não... Elas não... Elas não... Como eu posso dizer... Elas não compunham, nunca foram proponentes de projetos culturais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas prestaram algum serviço?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Se prestaram, prestaram na área promocional de brindes, algumas coisas assim. Mas elas têm atuação independente. Então, no mercado, fazem vendas de tipos brindes e eventos promocionais na área discriminada como do tipo dela. A empresa funciona até hoje.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Felipe, por que esse tanto de empresa no mesmo CNPJ para atuar? À exceção da empresa de construção, que é uma coisa mais recente...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você vai atuar com atividade de promoção de eventos e de produção cultural com seu pai há alguns anos e, depois, há aí essa profusão de CNPJs. Qual a razão disso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Inicialmente as empresas vinculadas ao meu pai, a Amazon, a Solução e a Master, foram de iniciativas... Na época em que eu comecei a trabalhar lá com o meu pai, eu figurei no contrato social dessas empresas apenas como sócio constituinte, para a empresa acontecer. O sócio administrador era, de fato ali, o meu pai.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim, mas a minha indagação é que, como você já estava ali, para que tantas empresas?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Então, com relação a essas empresas...



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O objeto não era um só, o de captar, promover e viabilizar eventos culturais?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Com relação às empresas culturais, o número de CNPJs se deu em função de uma regulamentação — não sei se posso chamar de regulamentação —, mas de uma instrução do próprio Ministério da Cultura, que só possibilitava o envio de cinco projetos culturais por CNPJ. Isso eu até trouxe aqui. É uma regulamentação da CNIC, a nº 14, que diz que cada pessoa jurídica poderá ter até cinco projetos culturais ativos no SALIC Web. Então, era por uma questão apenas de atender à demanda que as empresas tinham, mas não havia nenhuma irregularidade com relação a isso, partindo do pressuposto que as empresas tinham os mesmos sócios e tinham a mesma finalidade. Eram apenas para que as empresas pudessem... para que a gente pudesse atender à demanda do mercado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas a Avant, por exemplo, ela era uma empresa de locação. Não é isso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso. Sobre as outras empresas, a Avant, a de construção e a agência...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A Master também era de prestação...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Era de projetos culturais. Prestação de projetos culturais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A Amazon também?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A Amazon, a Solução e a Master. Elas foram criadas e desenvolvidas com esse intuito de atender à demanda dos projetos culturais que nós fazíamos. As outras empresas, a Avant, a construtora e a agência, foram...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A Vaz e Amorim também era de outro propósito.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A Vaz e Amorim — exatamente —, que é tipo uma agência. As outras empresas foram iniciativas empreendedoras no sentido de...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Empreendedoras. Agora, a Avant foi a sua empresa de locação de veículos.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso, de locação.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O seu público, a sua clientela era dos projetos culturais?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A maioria sim. Mas eu também prestava serviço lá para outras demandas de outros fretamentos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas mais vinculados aos projetos culturais?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Vinculados aos projetos culturais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Captados especificamente pelo Grupo Bellini?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Por outros ou mais especificamente pelo Grupo Bellini?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Mais pelo Grupo Bellini. Eu fiz para outros projetos, mas mais especificadamente pelo Grupo Bellini.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Dentro do grupo, alguma empresa de vocês ou de pessoas ligadas a você ou à sua família atuou com gráfica?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Se já teve gráfica?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso, se já teve gráfica ou alguma empresa ligada à arte, à produção gráfica.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Sim, eu tenho um tio meu que tem uma gráfica na região do Brooklin, Chácara Santo Antônio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Qual o nome dele?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Geraldo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Geraldo.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Qual é a gráfica dele?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - O nome da razão social eu não sei ao certo, mas é uma filial da AlphaGraphics, se eu não me engano.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É ligada à AlphaGraphics.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso, franquia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Como é o nome?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, é uma franquia.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ela prestou serviços para vocês para os projetos culturais geridos?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Prestou para a impressão de alguns livros eventualmente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A Kátia dos Santos — naturalmente você a conhece, ela trabalhou lá com vocês por muito tempo — chegou o momento em que ela não quis mais trabalhar, ou foram vocês que a demitiram?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - O que aconteceu lá com a Kátia é que ela começou a trabalhar conosco em meados de 2014, contratada pelo meu pai para ser responsável pela área contábil dos projetos culturais. Num determinado momento, ela ficou aproximadamente 1 ano trabalhando conosco dentro do nosso escritório, responsável por essa questão e, num determinado momento, ela chegou para o meu pai — eu não participei dessa reunião, mas é a informação que tenho — e demonstrou que gostaria de abrir uma empresa dela junto com a irmã, que é advogada, uma empresa de contabilidade ou de advocacia, não sei ao certo qual o objeto da empresa dela, para que ela pudesse atuar de forma independente e também atender à demanda de outras empresas e de outros clientes, para que ela aumentasse a receita dela. Então, a partir do início — não tenho ao certo a data na minha cabeça —, acredito que a partir de 2015 até a deflagração da operação, que foi em junho de 2016, ela estava atuando conosco como um fornecedor, como uma fornecedora na área contábil, fazendo a parte da contabilidade dos projetos culturais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ela afirmou — isso consta do inquérito — que havia alertado sobre irregularidades em notas fiscais, notas superfaturadas, notas frias.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Ela afirmou que ela disse isso lá para mim?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, ela afirmou que disse isso dentro do Grupo Bellini. Consta nos inquéritos, inclusive que havia a conveniência de trocar uma gráfica cuja qualidade deixava a desejar e que o valor estava superfaturado. Você se lembra dessa situação?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Imaginando que pudesse ser questionado lá com relação a isso, eu trouxe um exemplo que foi exatamente o que eu disse para a



Kátia, quando a Kátia me chamou. Ela se encontrou comigo um dia. Ela ia sazonalmente ao escritório, após ela virar prestadora de serviços, e ela me chamou uma vez trazendo outros orçamentos gráficos para um livro do qual ela era a proponente. E eu chamei ela, era um orçamento que era inferior ao orçamento que nós tínhamos da gráfica que habitualmente nós costumávamos trabalhar, e eu fiz essa...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Habitualmente era qual?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Habitualmente era a gráfica Santa Edwiges. Eu não sei o nome da razão social dela. E ela me questionou, ela falou: *“Olha, eu tenho um orçamento que ele é mais barato, ele é ‘x’ por cento mais barato do que o orçamento que nós temos lá com a gráfica. O que você acha de nós fecharmos lá com ela?”* Eu virei e falei assim: *“Kátia...”* Eu peguei dois livros nossos que nós havíamos produzido com essas outras gráficas alheias e falei assim: *“Kátia, pegue esses livros e faz um manuseio nesses livros, e depois eu vou te dar um livro da gráfica Mazer”,* que é a... acho que é a Santa Edwiges, né? Parece que é... acho que é a razão social. Eu peguei, dei esse livro lá para ela, ela foi folheando o livro, e ela... não sei se dá para todos verem aí, se você abre o livro, você vê que existem alguns defeitos de impressão nesses livros. Eu peguei esse e um outro livro, que era esse livro aqui. Se vocês... não sei, se quiser, pode passar para os ilustres Deputados. Eles apresentam falhas grotescas de impressão e de colagem desses livros com relação a diversas coisas, inclusive um deles aqui está descolando em uma das páginas, enfim. Eles estão colocando... E eu comentei, eu falei assim: *“Kátia, agora pega esse livro, que foi um livro impresso pela gráfica em questão”.* Aí é um livro... Enfim, se vocês quiserem folhear novamente... Diante disso, nitidamente dá para se atestar que ocorre uma diferença de qualidade. Daí eu virei para ela e falei: *“Kátia, diante disso, se eu tenho uma verba aprovada para executar um projeto cultural, uma verba gráfica no valor ‘x’, e a Lei Rouanet não tem todas as exigências da Lei nº 8.666, que você tem que apresentar essas questões, por que eu vou correr o risco de arriscar novamente em uma gráfica onde pode ocorrer de ter uma qualidade inferior, como foram essas outras gráficas, e eu entregar à sociedade, ao Ministério da Cultura, um produto inferior, aonde evidentemente futuramente eu posso até ser questionado, ou o projeto pode ser reprovado por uma questão de*



qualidade?” Então, eu falei: “A gente tem que ser muito prudente. Se nós temos uma verba ‘x’ aprovada pelo Ministério da Cultura, através de todo um processo burocrático de aprovação, que diz que aqueles valores são valores de mercado, por que eu vou gastar um pouco menos e correr o risco de estar entregando um produto inferior?” Foi exatamente o que eu disse lá para ela, comprovando através dos livros que eu mostrei para ela lá na ocasião.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Essa gráfica que você está considerando como referência é a gráfica Master?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, é a gráfica Mazer. Se eu não engano, esse é o nome da razão social da gráfica Santa Edwiges.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Com a que vocês operavam mais?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Que é a que a gente... costumávamos trabalhar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E que segundo algumas fontes, como consta do inquérito, estaria operando com praticamente até o dobro do preço. Foi essa a discussão sua com ela?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não. O dobro do preço, não. Normalmente, todos os... Quando você vai aprovar um projeto cultural, ele tem todo um crivo de análise. Ele passa por três etapas de aprovação. Você primeiro coloca a proposta do projeto cultural. Após isso, é feita uma análise da proposta. Essa proposta, sendo validada pelo técnico, vira PRONAC. A partir do momento que ela vira PRONAC, ela passa por uma análise técnica onde um parecerista especializado naquele segmento cultural, juntamente com uma planilha do Ministério da Cultura — do Ministério da Cultura, não, da Fundação Getulio Vargas —, onde tem mais de 255 itens, entre eles os custos de impressão gráfica, que são previstos no mercado cultural... É feito todo um levantamento por essa instituição. O projeto é aprovado, seguindo os parâmetros de mercado, inclusive todos os nossos projetos seguiam os valores dessa planilha parâmetro de mercado. Após isso, essa planilha orçamentária é submetida à CNIC, que é uma comissão colegiada que reavalia novamente o projeto cultural. Após isso, ele aprovado e publicado. Então, no meu entendimento, aquele valor, da forma como ele está no projeto cultural, tem uma coerência nos valores de mercado. A partir do momento que me vem um orçamento inferior àquele valor, é de



se desconfiar, porque, coerentemente, a qualidade daquele livro ou daquele produto pode ser inferior, e isso... futuramente, o produtor cultural pode responder por essa falta de qualidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A informação que se tem, dada inclusive pelo seu pai e pela própria Kátia, é a de que ela foi contratada por ela ser uma pessoa com conhecimento dentro da área cultural.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Ela é contadora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Se ela própria levou para você... Ela é contadora, mas ela também foi estimulada por vocês a abrir uma empresa para apresentar projetos, e, no final, ela disse que o projeto era os que o Grupo Bellini iria viabilizar, ela apenas tinha uma ONG. Qual era o nome da ONG dela?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - O trabalho que ela representava?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Que ela era dirigente. Você se lembra?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Associação Brasileira de Cultura e Artes, alguma coisa assim. Eu não tenho o nome. Pois bem, como V.Exa. comentou, a Kátia é especializada na área de projetos culturais, e não em livros. O que ela me trouxe foi um orçamento...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pois é, ela é uma contadora, e lhe mostrou que o valor chegava próximo ao dobro.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Exatamente. O que ela trouxe foi uma questão técnica da gestão de um projeto cultural que é um livro. Ela não me trouxe uma questão financeira ou contábil do projeto cultural. E a minha função como gestor de projetos é apontar para ela, através do meu conhecimento técnico da área editorial, qual seria a melhor... aminha indicação. Eu dei a minha indicação, e prosseguiu dessa forma.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você é formado em administração de empresas, e ela é contadora. E você está entendendo, então, que pagar o dobro é razoável, mas...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É que eu também atuo nessa área...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu não vou me aprofundar nisso porque o que eu queria saber de você é o seguinte: as empresas que vocês criaram



para prestar serviço, como a sua empresa de locação... Você pode disponibilizar para nós — obviamente, nós podemos ir por outros caminhos — o faturamento? Essa empresa foi criada há quantos anos, a Avant?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Acredito que em 2013, em meados de 2012.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Menos de 3 anos de existência. Nesses 3 anos de existência, você poderia disponibilizar para nós o relato das notas fiscais emitidas por ela e...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - No caso de locação, não eram notas, eram recibos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Só recibos?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É que pela questão... por uma instrução contábil que eu recebi, disseram que locação você dá recibo, e não nota fiscal. Essa foi a instrução contábil que o meu contador passou para mim, por isso eram feitos recibos. Porém, eram recolhidos todos os impostos relacionados a esses recibos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você poderia nos disponibilizar? Você pode nos dizer... Além de prestar serviço de locação ou de fazer efetivamente a locação para projetos patrocinados pela Lei Rouanet, qual outro cliente que não era financiado pela Lei Rouanet que você tinha? Pode nos citar um cliente?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Olha, eu tinha transportes que nós fazíamos de forma informal para colégios, no sentido de eventos de colégios entre si, formatura, viagens de formatura, essas coisas, mas...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Situações eventuais?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eventuais. Exatamente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Seu faturamento principal... Seu faturamento básico era em cima de projetos da Lei Rouanet?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Inclusive no ato que eu desenvolvi essa empresa, dado também o meu conhecimento da área cultural, foi um posicionamento que eu quis dar à minha empresa, que ela, de fato, trabalhasse com projetos culturais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Além de ônibus ou veículos, ela fazia outro tipo de locação para os projetos culturais? Palco? Luz?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, a Avant, não.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Qual outra empresa do grupo fazia?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A própria... Aqui você está me perguntando sobre notas fiscais. Eu não posso... Eu posso cometer alguma gafe, mas...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, prestação de serviço, porque você passou a ser o gestor do grupo, foi o que você disse inclusive na introdução. Você começou como estagiário, depois substituiu o seu pai na gestão. Qual a... A Vaz Kady ou Vaz e Amorim é a mesma empresa?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, não. A Vaz e Amorim é uma outra empresa. A Avant é uma, a Vaz e Amorim é outra empresa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A Vaz Kady é do seu irmão, não é?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Vaz Kady não. É Vaz e Amorim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vaz e Amorim?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso. É minha com o meu irmão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sua com o seu irmão?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Qual é o serviço que ela prestava?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A empresa prestava serviços de representação comercial, no caso, vinculada às captações, precisamente dos projetos culturais, que era esse serviço que precisamente o meu irmão desenvolvia com mais veemência. E eu... Nós também trabalhávamos com locações de alguns equipamentos. Em determinado momento, fizemos um investimento em alguns equipamentos, e essas empresas forneciam a locação desses equipamentos para os projetos culturais também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Para os projetos culturais?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então você tinha uma empresa para emitir nota e produzir a cessão de equipamentos, outra para veículo...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E também tinha parceria com o Geraldo, na gráfica?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, o Geraldo, na gráfica, fez algumas... Se não me engano, uma ou duas impressões de livros. Foi isso.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas o principal volume de faturamento ligado à família era na Avant e na Vaz e Amorim?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Ligados à família não, ligados a mim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É, a você e ao seu irmão. E ao seu pai também. Tinha empresa em que seu pai figurava...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A Amazon e a Solução.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Amazon. Ela também...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Elas faziam projetos culturais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas ela também podia emitir nota de algum serviço? Emitiu alguma nota?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Evidentemente, além de proponentes...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Lá na prestação de contas, eu vou achar alguma nota da Avant ou da Solução?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Evidentemente, porque elas eram... além de proponentes, elas eram prestadoras de serviço cultural. A empresa Bellini Cultural tinha um time de funcionários e colaboradores...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É isso o que eu queria compreender.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - ...que prestavam serviço para outras.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você apresenta um projeto, e depois essa empresa está executando o projeto, prestando serviços, que vão desde a locação de veículo, locação do palco e outras demandas que são apresentadas. É isso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Quando você vai desenvolver um projeto cultural, o projeto cultural, evidentemente, pela Lei Rouanet, ele não é regido pela Lei nº 8.666. Então, você não tem todas aquelas restrições que essa lei obriga você a ter, então você tem uma total flexibilidade para que você possa escolher os seus prestadores de serviço, conforme a gente fazia...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu sei, isso é óbvio. Agora o que eu estou querendo entender, é muito importante, é que vocês montaram uma estratégia em que o grupo ia ao Ministério, aprovava um projeto, você tem o elemento que faz a captação, tem o laboratório Cristália, que tem um empreendimento para atender



determinados tipos de exigência que ele faz, você tem a empresa que fornece o ônibus, tem a empresa que fornece o palco, tem a empresa que fornece o consultor, que faz o acompanhamento. Essa é a montagem que foi feita, e obviamente o dinheiro, se é um projeto de 1 milhão, ele circula dentro daquelas empresas. Eu não estou fazendo acusação; eu estou fazendo uma análise com você e constatando isso. Nem estou dizendo que vocês não prestaram o serviço, nem estou dizendo que foi superfaturado. Eu estou verificando com você se era isso. Era isso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Quando você executa um projeto cultural, você tem a possibilidade de você ser fornecedor de alguns itens.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim, e aí vocês faziam isso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Quando o meu pai formou a Bellini Cultural, através da empresa Amazon e Solução, ele desenvolveu uma... Ele montou uma empresa, de fato, onde você tinha dentro dela prestadores, funcionários e colaboradores que prestavam serviços dentro dela, relacionados a projeto cultural. Então, a empresa dava uma nota ao projeto cultural, colocava aquele dinheiro à disposição para pagar esses custos fixos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não era que o dinheiro ia para o bolso do meu pai pagar isso. Esses custos entravam na empresa...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você está respondendo uma coisa que eu ainda não perguntei. Eu só perguntei se você tinha as empresas e, dentro do que você entende que é previsto na legislação...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...essa empresa prestava serviço para o projeto cultural que você apresentou ao Ministério do Trabalho.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Para alguns itens; outros itens eram terceirizados para outros fornecedores.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas a maior parte você já estava com uma estrutura montada que você podia atender. Você tem o elemento numa determinada empresa, que faz a captação e emite a nota da captação; você tem o consultor, que presta consultoria; você tem a empresa que faz a locação de



equipamento; você tem a empresa que faz a locação de veículos. Eu estou apenas constatando isso. É isso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É isso. Você tem alguns itens lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Aí entra um outro aspecto, porque senão vira a notícia do casamento e dos boatos. O detalhe é que essas empresas estão no comando da mesma pessoa que aprovou no Ministério, fez o acordo com quem vai ser o financiador, mas usando o dinheiro público...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Ela fez a captação, não é? Não é um acordo; é uma captação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Captação. Financiador no sentido de ser o elemento que se utilizou do mecanismo da Lei Rouanet, da renúncia fiscal de fazer a opção de entre pagar o imposto, pegar o dinheiro público... Vamos voltar aí só para termos clareza. Eu estou falando de dinheiro público, o dinheiro público que veio, por exemplo, do Laboratório Cristália, que foi discutido com o Laboratório Cristália que ele iria patrocinar um projeto da Lei Rouanet. E aí nós, inclusive, tivemos a colaboração do Bruno no sentido de nos esclarecer essa prática que ele, inclusive, falou que é do mercado. E isso nos ajuda a entender como é que funciona, para aprimorar a lei. Senta-se com esse empresário, com esse representante da empresa — normalmente, alguém até da área de *marketing* —, que faz exigências, que estabelece condições. Então, o Cristália: *“Eu quero, mas eu quero atender a um público. O meu público vai estar lá em Recife, mas não porque a minha empresa é em Recife ou porque a minha clientela está lá em Recife, não. É porque eu vou fazer um congresso lá em Recife”*. *“Bem, eu não posso patrocinar o congresso pela Lei Rouanet, mas o show a que o meu público vai assistir pode ser patrocinado pela Lei Rouanet. Então, eu vou patrocinar, mas você vai fazer um show lá em Recife”*. Pois bem, então começa o acordo lá na captação. Eu vou para Recife, faço a locação do palco e emito a nota pela empresa do grupo; faço a locação do ônibus, do veículo que vai me transportar dentro da cidade e por aí fora, com as empresas do grupo. A indagação que fica é a seguinte: qual o critério de transparência e de segurança de que não houve superfaturamento, de que não houve uma nota fria? Vocês usaram algum mecanismo para poder dar segurança de que não houve nota fria? Ou pode ter havido nota fria, de que o serviço foi feito, mas foi feito por uma pessoa



que não tinha CNPJ e prestou o serviço? O objeto do projeto foi atendido, fez-se o *show*, fez-se o evento; mas a pessoa não tinha nota, eu fui lá e dei uma nota pela Avant e emiti uma nota por uma das empresas do grupo. Isso pode ter ocorrido?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Olha, superfaturamento, conforme eu comentei aqui inicialmente... Eu acho muito... é complicado você ter superfaturamento em relação à Lei Rouanet, porque todos os itens são previamente aprovados seguindo parâmetros de mercado. Eles passam por três instâncias de aprovação, conforme eu relatei agora há pouco. O parâmetro de escolha dos fornecedores é ligado à qualidade dos serviços prestados. Portanto, se você tem uma verba num valor “x” aprovado, para aquele serviço, para aquele valor, e dentro da nossa empresa existia um colaborador ou uma área técnica especializada para prestar aquele serviço, e nós... estando isso dentro da nossa empresa, evidentemente, a gente faz um controle maior sobre a qualidade do que é prestado. No meu entendimento, se você tem um valor aprovado, você executa o serviço dentro daquele valor e você executa aquele valor, eu não entendo isso onde há um superfaturamento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Felipe, você é administrador de empresa, mas atuou nessa parte de evento. Eu sou médico veterinário, mas eu já acompanhei execução de evento em parque de exposições, porque eu presidi sindicatos, e eu sei separar uma formiga de um elefante! E isso não só por ser veterinário. Eu vou te falar que é como separar uma formiga de elefante você separar essa história de que, se eu tenho aprovado no projeto da Lei Rouanet que eu posso gastar com palco 50 mil reais de locação por “x” dias, ou 30 mil reais, e eu parto do princípio — foi o que você usou como argumento com a Kátia, e usou agora aqui conosco — de que, fazendo dentro do limite que está autorizado pela lei, eu estou dentro da legalidade, é como se todo e qualquer palco valesse 30 mil reais, para ser alugado por 1 dia ou por 2. Você vai encontrar palco por 3 mil até 30 mil reais. A qualidade, a dimensão, as condições vão variar enormemente. Isso vale até para a locação de um ônibus ou de um veículo. Vai variar uma série de condições para isso. Portanto, isso é algo que precisa ser melhor esclarecido, porque o que se montou foi um grupo... Você tem uma lei que é para atender a Cultura — e o objetivo dela é atender a Cultura —, e aí eu crio um grupo, com várias peças, que pega o



dinheiro da Cultura, e vou cumprir o objetivo de gastar o dinheiro da Cultura. Se ali está dizendo que eu vou gastar 30 mil com o palco, não importa se eu conseguiria fazer com 3. Eu vou gastar 30 mil. Foi isso o que eu entendi da sua resposta. E eu faço uma pergunta para você, para que não tenhamos equívocos aqui e para que você possa inclusive esclarecer melhor... Porque me surpreendeu também que a Polícia Federal e os demais tenham feito uma associação tão escabrosa, que a imprensa repercutiu. Nós falamos aqui. Foi-nos dado como algo líquido e certo. E hoje, pela primeira vez, você faz uma exposição até emocionada dizendo que se sentiu absolutamente injustiçado na questão do seu casamento. Eu gostaria, primeiro, de perguntar o seguinte: algumas das empresas que prestaram serviço no casamento, ou alguns dos músicos que se apresentaram no casamento também foram contratados, em algum momento, para algum dos projetos culturais que o Bellini desenvolveu? Em síntese, qual foi o grupo musical que se apresentou no seu casamento? Você já o conhecia? Ele se apresentou em algum outro projeto cultural patrocinado pelo Bellini? Quais empresas atuaram na prestação de serviço da realização desse evento, do seu casamento? Eu só estou tocando no assunto, primeiro, porque é bom que se esclareça; segundo, porque ficou aí uma grande dúvida: não há nenhuma relação entre uma coisa e outra? Quem, afinal de contas, estava atuando de maneira remunerada nesse casamento e que também atuou de maneira remunerada em algum projeto cultural que empresas de sua responsabilidade ou do Grupo Bellini também tenha, em algum tempo, contratado?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Bom, respondendo, primeiramente, à afirmação sobre o superfaturamento, como eu comentei, o critério de escolha dos nossos fornecedores é a qualidade. A própria lei prevê um valor, que é condizente, dentro de uma planilha feita pela Fundação Getúlio Vargas, que, no meu entender, é uma das maiores instituições de valores, de precificação que nós temos aqui no Brasil. Então, se eles colocaram que o valor para a contratação do palco, como V.Exa. comentou, de 30 mil, e o Ministério aprovou o valor de 30 mil, condizente com os valores de mercado, é porque eles querem um palco com a qualidade daqueles 30 mil que eles aprovaram. Tudo bem. Pode haver um palco de 20, pode haver um palco de 50, mas o estipulado lá por eles... Se eles aprovaram naquele valor, eu vou buscar um palco que atenda a essa necessidade ou um serviço que



atenda àquela necessidade. Quando eu comentei que a minha empresa de ônibus se especializou no segmento de projetos culturais, é que, para você trabalhar com projetos culturais infantis — crianças, escolas —, como o ônibus prestava serviço a instituições com deficientes físicos etc., requer um treinamento para aquele profissional, para aqueles profissionais que estão trabalhando nesse transporte. Quando você vai transportar um deficiente físico, você tem que acompanhá-lo até... Você tem que, muitas vezes, fazer o transporte. E com idosos é a mesma coisa. Então, foi feito todo um treinamento junto à equipe desses profissionais que trabalhavam lá conosco. Então, se está constando no projeto cultural — parâmetros de mercado — um valor estipulado, é uma necessidade que nós cumparamos, no meu entendimento, a qualidade condizente àquele valor colocado lá. Com relação ao casamento, a fornecedores, quando você trabalha nessa área de mercado cultural, além de profissional, além de uma relação profissional, você muitas vezes gera uma relação pessoal junto àqueles fornecedores com os quais você está atuando, uma relação de amizade, porque você está convivendo com eles periodicamente. Você faz reuniões com essa pessoa, muitas vezes semanalmente; vai almoçar com um, conversa lá com outro. Então, você acaba tendo um envolvimento muitas vezes pessoal. O violinista do meu casamento, que tocou lá no casamento... Nós tivemos uma relação pessoal. Tanto o violinista quanto o pianista. Eles trabalhavam conosco junto a projetos culturais. Mas, conforme inclusive comprovado pela Polícia Federal, eles foram como convidados. Foi disposta a lista no momento da busca e apreensão lá na minha casa, quando levaram os computadores pessoais, e tinha a lista do meu casamento. Os dois músicos constavam como convidados do casamento. Inclusive um deles foi com a esposa junto, para estar acompanhando. Eles foram como... E eles me deram, como presente de casamento, a apresentação musical deles no ato da cerimônia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, então, havia pessoas que trabalhavam com você e que atuaram dentro das festividades do seu casamento, profissionalmente.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Sim, mas tudo isso...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu só estou te perguntando isso porque, antes, foi perguntado pelo próprio Presidente por que ocorreu isso, de



falarem, e você não mencionou isso naquele momento. Mas eu não estou aqui fazendo juízo antecipado. Eu apenas quero voltar a essa colocação que você fez com relação aos valores não serem superfaturados simplesmente porque estão no limite do que o Ministério permite. Não é nem que ele permite. Você encaminha o projeto ao Ministério e diz: *“Eu vou gastar tanto com isso”*. E o projeto é analisado e aprovado na boa-fé de que você vai gastar fazendo uma análise de mercado, com aquilo que realmente vai atender bem ao projeto. A sua empresa e a empresa do seu pai têm sede onde?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A empresa Amazon e a Solução?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Como eu comentei, atualmente eu não sei onde está a sede porque não sou mais sócio dessas empresas. Então, atualmente, eu não posso dizer. Acredito que na residência dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, mas elas funcionavam, quando funcionavam — e você estava lá, e contratava o serviço delas —, elas funcionavam no mesmo endereço.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Funcionavam no endereço da Bellini Cultural, lá na... Temos aqui o endereço. Não é, Sr. Presidente? Qual é o endereço da Bellini Cultural? Avenida...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É que nós tivemos algumas alterações de endereço...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, mas em qual endereço você atuava, em que você trabalhava?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Como eu falei, eu já atuei em alguns endereços, mas... Sei lá... Um é na Avenida Giovanni Gronchi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Com dirigente do Grupo Bellini... Você próprio disse, no início, que você começou como estagiário e, depois da estafa, do estresse que o seu pai teve, você assumiu o comando. Onde você atuava nesse momento?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A maior parte do tempo, onde eu atuei foi no endereço da Avenida Giovanni Gronchi, 112.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Avenida Giovanni...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Acredito que as empresas devam estar... Era um imóvel alugado...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E as empresas deviam estar inscritas lá.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - As empresas estavam inscritas lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Operavam lá, e você supervisionava isso. Isso é São Paulo?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - São Paulo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - São Paulo. Capital.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Capital.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pois é. E você teve essas mesmas empresas, cuja sede é em São Paulo, que operam em São Paulo, sendo a melhor alternativa, do ponto de vista do interesse público — porque você estava gerindo dinheiro público —, para atuar em Recife? E em mais quantos Estados da Federação ou cidades?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Mas daí você tem que ver quais serviços foram prestados por essas empresas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim. Locação de veículo, locação de equipamentos,...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Muitas vezes...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...e outros serviços, os mais diversos. E você tem a nota delas nos projetos. Nós verificamos. Daí a minha indagação...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Mas aí, evidentemente, há de se fazer uma separação...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você fez todo um discurso, antes de responder, de que isso é algo absolutamente correto, porque estava no limite que o projeto permitia. E as empresas foram montadas, criadas para usar o dinheiro da Lei Rouanet — você argumenta que sem nenhum superfaturamento. A própria Secretária, a Kátia, que trabalhou junto com vocês, disse à Polícia Federal que havia superfaturamento. Então, Felipe, é importante que nós possamos, neste momento,



esclarecer: isso é porque a lei dava abertura a isso, e foi feito, vamos dizer assim, sem muito critério? Ou você fazia a licitação lá em Recife para ver se a sua empresa iria fornecer o melhor preço para atender àquela demanda do projeto cultural?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Foi o que eu falei: há de se relacionar quais são os serviços que foram prestados. Evidentemente, quando você está realizando um projeto numa cidade numa distância maior, a não ser que, naquela cidade ou na região onde está sendo realizado o projeto, você não tenha um fornecedor que consiga atender à demanda que você tem... Porque pode acontecer de você precisar montar um palco numa cidade de 20 mil habitantes, e, evidentemente, naquela localidade ou nas proximidades, você não tem um fornecedor de palco de que você precisa para a qualidade do projeto que você tenha ali. Mas, evidentemente, quando nós íamos realizar um projeto numa cidade que dispunha de fornecedores locais para estar fornecendo o palco, ou a iluminação, ou a luz naquela cidade, aquele fornecedor era contratado localmente, mesmo porque o próprio Ministério da Cultura recomenda que, por uma questão de movimentação da economia local, sejam contratados fornecedores daquela localidade. Mas foi o que eu falei: aconteceu-nos várias vezes ir para uma determinada cidade em que você não tem o fornecedor local, você não tem aquele prestador de serviço local, e fomos obrigados a contratá-lo em outra localidade ou do nosso próprio fornecimento. Enfim, foi isso o que foi perguntado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, você está me dizendo que você se deslocava com um palco, aqui de São Paulo para Recife, ou com uma estrutura de som daqui?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não estou falando do caso de Recife. Foi o que eu falei: precisava analisar caso a caso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas eu fiz referência a locais muito distantes de onde está a sua base operacional.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu acredito que...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ou... Por isso é que eu te perguntei se poderia ter sido emitida uma nota nas seguintes circunstâncias... Vou tentar te ajudar a colocar a verdade que eu entendo que possa ser algo que atenuie o que amanhã pode ser entendido como pura e simplesmente nota fria. Você chega a



Recife — e estou citando só como exemplo; ou a uma cidade a 300, 400, 500, mil quilômetros da sua sede —, você precisa executar uma atividade, você tem alguém que a execute, e não tem condições de te prestar nota fiscal ou recibo. Você faz, executa para atender ao projeto cultural, e depois a sua empresa emite a nota fiscal. Isso pode ter ocorrido?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Olha, é o que eu falei: em distâncias maiores, quando a gente tinha... principalmente relacionado a *show*, que é uma coisa mais... que requer estruturas mais complexas, de palco, luz, som, etc., pelo número de artistas trabalhando na questão, evidentemente, eram contratados fornecedores locais ou regionais para esse fim, para essa atividade. Porém, o que acontece muito no mercado cultural... O mercado cultural, na sua essência, é muito amador no sentido de que os profissionais que atuam nesse mercado — por exemplo, maquiadores, atores etc. —, muitos deles, não têm empresas constituídas para estarem prestando serviços para determinadas coisas. Eu acho que isso talvez seja até uma das falhas que a Lei tem, porque, se você pegar... Já me questionaram uma vez e falaram assim: *“Mas o ator não poderia abrir uma MEI, por exemplo?”* Mas aí você pensa: ator? É profissão regulamentada. Então, pela Lei, você não pode abrir MEI. Pelo que me passaram, essa é a informação. Não sei até que ponto isso aí é verídico. Então, você tem algumas coisas que... Evidentemente, a nossa empresa precisava fornecer a nota fiscal, e era subcontratado o profissional, por aquele profissional não ter empresa aberta para estar fornecendo o serviço e por nós não termos conhecimento de nenhum outro profissional lá nessa região que pudesse atender à demanda, conforme prevista no projeto cultural.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então você está respondendo afirmativamente ao que eu coloquei: que você eventualmente teve algum serviço que foi prestado por terceiros e que você emitiu a nota fiscal pela sua empresa. Você acabou de falar...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Só um adendo: mas eu não entendo isso como um superfaturamento porque o serviço era prestado pelo valor...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu não falei que era superfaturamento. Só estou confirmando se você emitiu nota, pela sua empresa, de um serviço que efetivamente não foi feito por ela. Isso é o óbvio. Bom, Sr.



Presidente, eu quero agradecer porque extrapolei um pouquinho o tempo. Acredito que o Izalci depois vai ajudar a esclarecer algumas colocações feitas inclusive pelo Bruno, que eram mais do conhecimento do Felipe, por ser mais o gestor do negócio do que o captador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Antes de passar a palavra ao Deputado Izalci, eu tenho três perguntinhas, que podem ser respondidas de forma bem rápida.

Você poderia informar quais os seus maiores patrocinadores e captadores?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - As empresas patrocinadoras?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É, as três maiores.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Pode ser Cristália... Meus, assim, a empresa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Cristália, Scania talvez... É que havia um giro muito grande de ano para ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Você sabe que a Scania, apesar de ter sido veiculado, depois foi inocentada?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É. Então. Assim como também falaram que eu havia... que o desvio era de 180 milhões e estão falando em 25 agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bi.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, não. Nos últimos 13 anos, estão falando em 25 bilhões.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Bilhões? Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - De todos os investimentos. Não de desvio, não é?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Então, assim, muita coisa está sendo revista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Certo. Então, esses captadores: Cristália, Scania... Quem mais?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Pode ser... Lojas Cem, talvez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Lojas Cem. E você tem um valor? De quanto foi isso mais ou menos, envolvendo todos eles?



O SR. FELIPE VAZ AMORIM - De tudo o que foi captado? Na totalidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É, por alto. Não precisa ser precisão, não.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A Scania, talvez uns 6 milhões; a Cristália, uns 4 ou 5; e a Lojas Cem, uns 2 ou 3. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dez, 12 milhões.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Estou chutando bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Entendi. Agora, francamente, os pareceristas: você acha que eles são facilmente cooptados, por não terem uma vinculação?...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Cooptados? Responsáveis? No sentido de responsáveis?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim. Eu digo assim: se os pareceristas não estão vulneráveis a uma... Como é que se fala? A palavra certa é “cooptados” mesmo, financeiramente, porque, se os pareceristas não são servidores e são voluntários...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Acho que eles são terceirizados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - São contratados, não é? São terceirizados. É. Perdão. São terceirizados, mas que têm um salário, a gente sabe, que não é um salário satisfatório. Esses pareceristas não sofrem ações dos captadores ou assédio dos patrocinadores e captadores ou dos proponentes?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Bom, conforme eu disse aqui, eu não sei se eles sofrem assédio — isso eu não posso afirmar — porque, da nossa parte, nunca foi tido nenhum assédio nesse sentido. Porém, eu acho que, mesmo que eles tivessem obtido o assédio por parte dos produtores, a corrupção, dentro desse meio, seria muito complicada, porque a aprovação de um projeto cultural não depende única e exclusivamente do parecerista técnico. Como eu comentei, ela parte por três instâncias: há uma primeira análise, que é feita do objeto do projeto cultural, para saber se aquilo corresponde a uma atividade cultural plausível de ter um incentivo fiscal; depois é feita essa análise, que mais uma vez, como eu disse, é seguida por orientações de uma planilha. Então, muito dificilmente, um parecerista... Quando ele



vê um valor discrepante, ele diligencia... O proponente quer entender o porquê de aquele valor estar lá. E, posteriormente, isso é submetido a uma aprovação da CNIC, que tem, se não me falha a memória, 21 membros, onde os projetos são expostos para análise, em uma decisão colegiada. Esses 21 membros definem a aprovação do orçamento do projeto e também do objeto do projeto. Então, eu acho que uma corrupção em cima da... A lei teria que ser algo sistêmico, e não só virada em cima de um único parecerista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E não em cima de um parecerista. Felipe, responda-me... Você me deu três nomes, dos que mexiam com o Grupo Bellini. Você conhece outros captadores que não sejam ligados ao Grupo Bellini. Cite três também para mim.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Captadores? Empresas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Grandes patrocinadores.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Ah, patrocinadores. Sim. Você tem a própria PETROBRAS, que, durante muito tempo, figurou como a maior investidora em projetos culturais. Principalmente as estatais, se não me fala a memória, são os maiores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Banco do Brasil...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Banco do Brasil. O Itaú, se eu não me engano, fornece grande parte dos recursos para o Instituto Cultural Itaú, que é uma empresa, um instituto vinculado, que desenvolve projetos próprios, se não me engano. E você tem diversas. Pelo próprio SALICWEB, o sistema que eles têm lá, o Ministério da Cultura, se você colocar "incentivadores", eles aparecem em sequência de aportes e patrocínios... Bem relacionado. Via CNPJ.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu posso dizer que tem uma empresa que deve ter um nome. Você sabe o nome da empresa que faz a captação junto à PETROBRAS? Você já ouviu falar de alguma?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - São várias empresas. Se eu não me engano, a PETROBRAS tem um edital que ela faz. Alguns projetos são direcionados acho que diretamente. E, se não me engano, eles têm um edital. Nós nunca participamos desse edital, mas eles têm um edital onde eles fazem uma triagem lá e definem os projetos a serem escolhidos. Mas eu acredito que alguns outros patrocínios sejam



feitos de forma direta. Não existe um captador único, a figura de uma empresa única que atue em captação. Você tem algumas empresas de representação comercial que fazem captações de mercado. Mas não existe... Um muito grande eu não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu arrisco dizer que o Grupo Bellini é o que foi exposto pela mídia, mas a CPI precisava mesmo entrar profundamente nessa questão da PETROBRAS. Aí, talvez, se vá justificar por que o PT e o PCdoB não votaram pela prorrogação desta CPI. Mas a imprensa só fala em Grupo Bellini. Vamos nos concentrar em Banco do Brasil, na CPI. E aí eu peço ajuda aos consultores, aos nossos ajudantes da Polícia Federal: vamos trabalhar mais esse assunto porque nisso vai ter coisa. Não é só o Grupo Bellini. Nós temos que pensar nessas outras empresas que sabemos que são realmente patrocinadoras e captadoras. Nelas pode estar o grande foco da corrupção. Não é só o Grupo Bellini, não!

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Só um adendo. Na minha concepção, de quem trabalhou durante um tempo dentro desse mercado cultural, conforme comprovado pela própria CGU, através de um depoimento — acredito até que ele deva ter vindo aqui —, foi constatado que 90% de todos os projetos culturais executados pela Lei Rouanet apresentam irregularidades. Foi o que eu falei. Eu me sinto em parte sendo colocado — quando eu digo “eu”, eu digo a empresa que existia, a Bellini Cultural em si — como boi de piranha, no sentido de que nós fomos colocados como foco, talvez para desvirtuar algumas questões de algumas empresas maiores, porque nós não somos nem de longe os maiores captadores de Lei Rouanet no País. Tem grandes empresas que fazem grandes *shows*, *megashows*, envolvendo grandes artistas de grandes emissoras, e eu acho que... Inclusive com relação à contrapartida de patrocinadores, eu já vi exemplos de alguns eventos teatrais a que eu assisti que, inclusive, os clientes do patrocinador tinham desconto na compra dos ingressos, ou prioridade na compra dos ingressos, ou ficavam reservadas as primeiras fileiras da apresentação para os patrocinadores. Tinha *première* para os patrocinadores assistirem. Então, assim, nós fomos colocados como foco de uma coisa, que, no meu entender, é um problema da própria lei. É um problema, que, por falta de fiscalização, por falta de uma



colocação, de um posicionamento do próprio Ministério da Cultura, que, no meu entendimento, além de fiscalizar, tem que instruir, porque, como eu coloquei já, o produtor cultural, muitas vezes, não é um administrador, ele é um artista, ele não tem muita concepção de gestão e algumas coisas... E é um trabalho fundamental do próprio Ministério instruir e dar orientação para aquele produtor sobre como desenvolver o projeto, elaborar a sua prestação, porque, querendo ou não, as práticas pelo mecenato representam a maioria das atividades dispostas pelo Ministério da Cultura. Se eles não estão cuidando disso, que é o principal mecanismo de fomento à cultura neste País, eles estão fazendo o que então? É complicado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Felipe, olha, eu não vou inocentá-los nem isentá-los de culpa, não. Vocês têm muita culpa no cartório. Mas você poderia nos ajudar. Essa é a minha posição. Espero que não seja isolada. Eu acho que a CPI precisava ouvir isso. Alguém tem que falar que não é só o Grupo Bellini. Nós temos que avançar com outros captadores, que é onde está o grande foco de corrupção nos últimos 13, 14 anos, e não ficar apenas falando aqui de Operação Boca Livre. Então, é para esse entendimento que nós temos que abrir o leque. Aí, eu peço ajuda a você, juntamente com seu irmão e o seu próprio pai, porque, hoje, perante a sociedade, o vilão da história da Lei Rouanet é o Grupo Bellini. E eu, Deputado Alberto Fraga, com o pouco tempo de serviço que eu tenho nesta Casa, afirmo que existe muito mais coisa por baixo desse trem aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, permita-me facilitar aqui.

Felipe, o seu irmão, inclusive, mencionou que, dentre o tipo de contrapartida para alguns dos patrocinadores que já se beneficiam do benefício fiscal, da renúncia fiscal, e que, portanto, não deveriam ter, além da divulgação da sua marca, exigências como contrapartidas que não estão previstas na lei... E ele chegou a falar até do caso de pessoas famosas, que, obviamente, têm apelo na mídia, darem como contrapartida a condição de gravar publicidade, de ser garoto propaganda. E ele se comprometeu, inclusive, em disponibilizar essas informações para nós e de outras empresas ou outros projetos que tiveram *shows* fechados como contrapartida.



Eu digo isso, porque, como Relator, eu estou empenhado para que separemos o joio do trigo. Indiferentemente de ser famoso ou não, de a empresa ser grande ou pequena, de ser desse partido ou daquele, vamos separar o joio do trigo. Para o que estiver errado, vamos obviamente tomar as providências da lei e aprimorar a lei. Claro que o que o Presidente disse é importante. Você, que num dado momento se sentiu injustiçado, pode contribuir, trazendo informações desse universo que você conhece bem. E você disse que existem outras situações.

Esta CPI não tem o poder de te obrigar a falar, mas, se você falar... Não vou falar do advento da delação premiada, que é uma prerrogativa do Ministério Público, que, em determinada fase desse processo, pode construir isso com vocês. Não cabe a nós aqui. Deputado não tem essa prerrogativa, nem mesmo na CPI. Mas entendo que uma colaboração com esta CPI pode ajudar, e muito, a aprimorar a lei e, acredito, até a demonstrar a boa-fé de vocês com relação ao que nós estamos fazendo aqui.

Então, Presidente, este Relator quer deixar isto claro: eu estou aberto a receber as informações, porque nós queremos a verdade, doa a quem doer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Izalci, vamos lá. E, devido ao adiantado da hora, nós pedimos até que V.Exa...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Já que eu ouvi 1 hora e 30 minutos, eu vou falar no máximo meia hora.

Quero dizer que a Lei Rouanet é uma lei muito boa e foi criada exatamente para isso, para incentivar e tal. O que acontece é que, primeiro, os maiores patrocinadores são as estatais. O que se falou aqui é que essa lei deveria ser para quem estava iniciando, para promover a cultura, etc. E isso só seria possível se se estabelecessem critérios para beneficiar exatamente quem o projeto tinha interesse em beneficiar. Mas não foi assim que foi criado, como diversos programas do Governo passado, como o Segundo Tempo e outros projetos maravilhosos, que foram utilizados para desviar recursos. No caso específico da Bellini e outros é que, como não havia fiscalização... E é evidente que qualquer empresa hoje que paga tributo sobre o lucro real, as grandes e médias empresas, só vai investir nessa lei se houver benefício para elas. Empresa não age com o coração, age com a razão. Então, o que acontecia? Tanto o patrocinador quanto o produtor, o captador, tinham



um pacote. Eles corriam atrás e ganhavam em cima disso. Os captadores iam às empresas para captar o recurso. Chegavam com o produto: “Ó, aqui é o seguinte, dá para fazer isso, dá para fazer aquilo”. Aí foi criando. O brasileiro é criativo, não é? O que não é proibido vai se fazendo. Como não existe fiscalização... Basta ver o que eu disse aqui: vocês trabalham de 2003 a 2015 com *show* fechado — dito aberto, mas, na prática, fechado. Tanto é que tem aqui alguém dizendo assim: “Olha, a partir de hoje, o Grupo Bellini disse que não pode mais fazer *show* fechado”. Está escrito aí. Então significa dizer que, para trás, era feito assim. Isso era vendido assim. E as empresas só compravam porque era assim. Porque, se não pudesse promover a empresa através de um livro, ou através de um *show* de aniversário, ou com uma promoção para os funcionários, eles não investiriam nisso. Não tenham dúvida disso. O que faltou o tempo todo foi fiscalização. E os captadores são criativos, cara. É igual corretor de imóvel: o cara vende sonhos, então inventa qualquer coisa para vender. Os captadores são a mesma coisa. E o que o Deputado Domingos falou aí eu posso dizer que houve, sim, e muito. Tanto é que há vários proponentes que também são fornecedores. E havia, sim, o que você falou. Eu sou auditor. Eu fazia isso muito em empresas que não tinham recibo, não tinham nota fiscal. Você chega ao interior, e ninguém tem nota fiscal. Mas você tem que prestar contas. Aí você emite uma nota sei lá do quê. Há aqui alguns exemplos. Posso te dar alguns exemplos daqui. Por exemplo, a gráfica do Geraldo Amorim, que é seu parente, seu tio, emitia notas exatamente para prestar contas. Inclusive a Kátia, que é a contadora, mandou um negócio... A Kátia falou aqui: “Ó, emite 30 mil para isso, 50 mil para aquilo e 28 mil para aquilo”. E ele emitia a nota. Mas não era ele que rodava o impresso, era a gráfica Santa Edwiges. Mas a nota fiscal era da AlphaGraphics. Está aqui escrito. Então, o que o Deputado Domingos falou para você é exatamente isso. E você confirmou. Você não chegou a detalhes, mas você falou da dificuldade de encontrar nota fiscal. É como se você dissesse: “Olha, realmente nós fazíamos, de vez em quando, isso”. Nós vamos provar que havia isso mesmo. Inclusive tem mais. O teu irmão não soube informar, talvez você saiba informar, com relação a esses livros que você apontou. E é verdade. De fato, tem padrão. Há um livro cuja qualidade é muito superior a isso que está aí. O que acontecia, e aí eu quero te perguntar, com relação ao Fabio Porchat, que era o



presidente da associação latina de não sei o quê. Tem lá, por exemplo, na prestação de contas, uma pessoa também que manda um documento assim: *“Olha, como é que a gente faz? Tem que prestar contas agora de 3 mil, e eu só consegui, até agora, a comprovação de 1.100. Mas eu posso arrumar alguém para emitir o restante”*. Ou seja, na prática, o projeto era de 3 mil exemplares, provavelmente só foram rodados 1.500, e tinha que justificar no Ministério que eram 3 mil. E aí alguém dava uma declaração. O Fabio Porchat, como era da associação, dava a declaração e prestava contas com isso. Falando nisso, eu vou te dar agora os detalhes, só para você, de uma forma bem resumida e objetiva, responder. Por exemplo, essas empresas todas foram inabilitadas: Amazon, Master, Vison, etc. Vocês fizeram um recurso administrativo dessa inabilitação.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não só recurso administrativo, como nós também entramos com uma ação contra o Ministério da Cultura, através dessas empresas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é. Era isso o que eu queria saber. Então houve o recurso. E qual foi o resultado desse negócio? Nada?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Nada. Eles não...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você entrou com recurso e não obteve resposta do Ministério.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu não lembro se evidentemente teve alguma resposta. Mas as respostas eram sempre negativas nesse sentido. Não sei se, por ausência de resposta ou se, de fato, o não registro...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tá o.k. A Zuleica esteve aqui conosco também. Ela chegou a ter 90% da Master, não é? Você mesmo passou para ela a participação de 90%, não é isso? Isso envolveu algum recurso financeiro? Ela recebeu por isso? Ela comprou? Qual foi o valor? E ela continua assinando pela empresa? Como é que foi essa transação com a Master?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Foi, de fato, assim: pelo fato de...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ela só foi laranja? Como é que foi isso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Como colocado aqui, eu fui abrir outros projetos pessoais, outras empreitas minhas, e eu não acreditava que, naquele



momento, eu gostaria de continuar como sócio dessas empresas, e isso foi passado para ela.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas você passou para ela 90%.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Transferi a...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ela recebeu alguma coisa por isso ou não? Ela pagou para você alguma coisa por isso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu não me lembro. Eu acredito que...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A empresa era sua. Você vendeu a empresa.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Mas eu não me lembro. Se foi, foi uma quantia muito irrisória, até porque a empresa não tinha ativos e não tinha patrimônio. Então não justificava o...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas você continua assinando pela empresa.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Pela empresa Master?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É isso que eu estou te perguntando.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, não assinei.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Porque ela disse que não assinou nada, que não sabia de nada.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Da empresa Master?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, tem a...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A Zuleica disse que era sócia, ganhava um percentual dos projetos...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Ela tinha um pró-labore pela empresa, a qual...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ela tinha o salário dela, não é isso, como funcionária.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, ela tinha um ganho pelos serviços prestados dela como coordenadora de eventos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O.k. Aí, a partir do momento em que ela passou a ser sócia, com 90% da Master...



O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Ela tinha um pró-labore por ser sócia da empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Além do pró-labore, ela passou a ter participação dos resultados, ou seja...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Pró-labore.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, pró-labore é remuneração do serviço; pró-labore é serviço.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Exatamente. Ele tinha uma participação pelos resultados por ser sócia da empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é, então ela tinha uma participação, não é isso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Por ser sócia.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tá. Mas ela não comandava, porque ela disse aqui que não sabia de nada. Quem fazia as operações, quem fazia tudo era o Grupo Bellini. Ela não participou. Ela disse isso.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Bom, a questão dela com a gestão da Master, até então, como eu comentei aqui, eu só fiquei responsável pelo Grupo Bellini. A partir de 2014, quando o meu pai adoeceu e eu fiquei...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é, mas a Master você transferiu para ela em 2013.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Em 2013.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ela deixou de ser do Grupo Bellini, a Master? Não, continua.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A Master continua sendo proponente de projetos culturais, porém logo na sequência ela teve as inabilitações cautelares e ficou proibida de ser proponente dos projetos culturais. Então a empresa deixou de ter atividade como proponente no âmbito cultural da gestão, da responsabilidade pelos projetos culturais.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Durante esse período todo, você chegou a ser captador? No início? Você nunca captou nada?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Olha, eu sempre, assim, trabalhei focado nessa parte de gestão dentro do escritório, porque era uma área que eu gostava



mais e eu entendia que, sendo captador e ao mesmo tempo gestor, isso poderia ser um conflito interno.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi. Mas você entendia como era o processo da captação?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu entendia bem e eu cheguei pontualmente, ao longo desses anos, a fazer algumas captações.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu vou perguntar um detalhe, por exemplo, do Grupo NotreDame Intermédica. Pelo que eu analisei, esse Grupo sabia e foi oferecido a ele... Esta é a pergunta: quem tomou a iniciativa de fazer um *show* privado da banda Jota Quest para esse grupo? Foram vocês que ofereceram para eles, ou eles disseram: *“Eu só patrocino seu eu puder fazer um show privado?”* Como foi isso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu não participei dessas reuniões.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, você não participou, mas você era coordenador.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Mas, assim, a demanda chegava, a demanda chegava: *“Ó, tem que fazer um show com o Jota Quest mais a orquestra sinfônica”*. A demanda chegava lá para eu executar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas essa demanda chegava como para você?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Através do captador. A figura do captador chegava...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O captador falava para você: *“A Intermédica concordou em financiar tal coisa, mas desde que tenha um show do Jota Quest”*, por exemplo?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - O captador chegava e falava: *“Fechei um show com o patrocínio lá da Intermédica para captação de show do Jota Quest com a Sinfônica”*. Eu não estava ali na reunião, e ele não me passava também quem ofereceu o quê, se foi solicitado ou se foi vendido, mesmo porque alguns dos captadores eram captadores independentes que captavam para outros lugares também.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas o captador, quem faz captação para o Grupo Bellini recebe orientação. Ninguém sai às ruas oferecendo coisas se vocês não sabem o que é.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, eu estou falando... Com relação a *show*, os *shows*, quando eles eram aprovados, eram aprovados desta forma: *show* MPB Sinfônico. Eles não eram *shows* em que se colocava quem era o artista, quem era a orquestra.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Normalmente, o *show* vocês faziam...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eles eram aprovados de forma abrangente. Quando chegava... O que a gente passava para o captador — isso é de acesso público, porque eles podem ver através do sistema SALIC — era: “*Temos aprovado um show MPB Sinfônico no valor ‘x’ para tantos shows*”.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Aí você oferecia o *show* aberto da orquestra sinfônica num horário e à noite fazia o *show*?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - E o captador se incumbia de fazer a captação daquele projeto.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O.k. Mas na execução era comum a orquestra sinfônica fazer o *show* aberto durante o dia, vamos dizer assim, e à noite fazer com o Jota Quest ou outro artista qualquer? Eu até iria perguntar isto: esse tanto de artistas que faziam esses *shows* todos, e muitos *shows* fechados — ditos abertos, como o Deputado Domingos disse, mas só entravam os convidados, vamos dizer...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É aberto, vamos dizer assim... Eu, particularmente, no tempo que estou lá, desconheço alguma pessoa que tenha entrado em contato porque tentou entrar em algum desses *shows* e não conseguiu.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, tudo bem, está aberto, mas, como ninguém sabe, só vai quem sabe.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eram feitas divulgações. Como o próprio Bruno falou agora no final da apresentação dele, os projetos culturais previam verbas de divulgação que eram relacionadas, e nós tínhamos a obrigação de relacionar os produtos oriundos daquele material promocional, seja ele um rádio, seja ele um panfleto.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas, na prestação de contas, muitas vezes, não constava esse *show*. Era isso que eu iria perguntar. Na hora de prestar contas, você fazia orquestra sinfônica, prestava contas de tudo certinho, mas não especificava, por exemplo, o... Determinada banda de MPB, que fez o *show* fechado, por exemplo, muitas vezes não entrava na prestação de contas. Era isto que eu queria saber: como se prestava contas disso? Em que rubrica? Vou te dar um exemplo aqui: PRONAC 10527 — Jornada Instrumental. Foi um *show* privado e fechado com o patrocínio do Grupo NotreDame Intermédica. Na prestação de contas, não aparece o *show* fechado, só aparece o *show* aberto. E aí é que muitas vezes entram essas notas, porque muitos são promotores e ao mesmo tempo fornecedores. Outro exemplo foi o Roldão. A banda Jota Quest também fez um *show* privado para o Roldão, Jornada Instrumental. Eu sei como é que é. O captador chega lá e diz: *“Está aqui, não tem problema. Eu já fiz um show para você, aniversário”*. Inclusive esses livros, eu vi lá, são de uma empresa grande também, que fez sobre o Nordeste, umas praias, bacana.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Mas esse foi sem a Lei Rouanet.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Hein?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Esse foi sem. Ele não tem o logo.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas tem um outro que teve, tanto é que eles mandaram para mim aqui. Mas aqui: tem um *show*, por exemplo, Takeda. Você conhece?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É uma empresa de medicamentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Hein?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É uma empresa de medicamentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - No contrato firmado entre a Bellini e ela, havia uma contrapartida de 1.500 exemplares de livros — 1.500 exemplares. É o projeto PRONAC *Alegria do Brasil: Um Olhar sobre os Sorrisos Brasileiros*. Estava prevista uma contrapartida deles de 1.500. Aqui, 300 exemplares, ou seja, 10% de 3 mil exemplares. Essa contrapartida foi exigência deles? Como é essa questão dos livros?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Foi o que eu falei, eu não participava dessas reuniões com as empresas.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Os captadores faziam?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - O que chegava para mim era uma demanda. Era uma demanda. Foi feita uma reunião com a empresa Takeda, no caso, e foram solicitadas as seguintes... O que foi acordado foi isso. Então, era uma questão de vir a coisa, porque, como eu comentei, os captadores não eram funcionários nossos, eles não recebiam salário. Eles trabalhavam sob demanda, não só para a gente.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - São vendedores.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Existiam captadores que captavam para outros projetos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é, mas na hora de prestar conta... Por exemplo, este aqui que eu lhe falei agora, da Takeda, tinha que prestar conta. Como foi comprovado lá no Ministério a distribuição dos excedentes? A contrapartida para esse grupo era de 1.500 exemplares. Então, é superior àquilo que foi previsto. Olha aqui: *“Como foi comprovado nesse Ministério a distribuição de exemplares excedentes destinados à patrocinadora, visto que o projeto deveria ter sido distribuído em escolas públicas e bibliotecas?”* No projeto, era para se distribuir para bibliotecas públicas, escolas públicas etc. Aí vem aqui: *“Quem forneceu declarações falsas sobre a distribuição de livros?”* Sobre isso, inclusive, um de vocês — o Bruno ou você, mas acho que ele mais — poderia me explicar a questão da Kátia. Nesse evento, ela mandou para você uma mensagenzinha. A Kátia falou aqui: *“Felipe, tem que prestar conta dos livros, falta a comprovação de 1.100 exemplares. O Sr. Bellini me informou que consegue uma carta de 800. Pensei em fazer uma carta do Ministério, informando que já distribuí mais uns 300. Para embasar essa carta, eu gostaria de pegar três caixas, aí eu vou distribuir na praça aqui perto da minha casa, um local bastante movimentado. Eu bato as fotografias, entrego e presto conta”*. Isso aqui é a Kátia falando, que é a contadora, que presta conta; ela sugerindo: *“Eu preciso prestar conta de 3 mil exemplares”*. Mas não tem. Aí entra a questão do Fabio Porchat, que é da Academia Latino-Americana de Arte, que era o cara que esquentava as declarações. *“Recebi tantos mil exemplares”*, mas na prática não recebeu. Como é essa operação com o Fabio Porchat, para justificar essas operações que você prestava conta?



O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Conforme tive orientação do meu advogado, ele vai responder a isso nos autos do processo, mas eu queria deixar um adendo. Ele pediu que eu não entrasse no detalhe dessa questão por não ter dados que me sustentem com relação à prestação de contas de cada projeto. Eu posso dar uma resposta que fuja dos acontecimentos. Mas eu lhe garanto que todos os projetos que eram entregues, seja para qualquer instituição, para qualquer academia, etc., eram feitos de forma efetiva e distribuídos, no caso da Academia Latino-Americana de Arte, se não me falha a memória, dentro de eventos culturais que eles faziam. Eles fazem diversos eventos por aí. Mas todos eram de fato distribuídos. Nós já distribuimos em metrô, terminais de ônibus. Se não me engano, há alguns projetos sociais dentro do próprio metrô, que eles distribuía. Esses projetos culturais eram feitos também para prefeituras de cidades regionais, para distribuição dentro das bibliotecas dessas próprias prefeituras. Então, as distribuições desses livros eram de fato feitas e realizadas. Inclusive, no âmbito...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim. Mas inclusive entregues para os patrocinadores, o que não estava previsto.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - E entregue aos patrocinadores.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E não estava previsto isso. Por exemplo, neste caso aqui foram 1.500 para o patrocinador.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Mas a cota de obrigação, sempre junto ao Ministério da Cultura, era cumprida. Nós tínhamos um comprometimento em cima disso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Neste caso, inclusive, aqui, é o que aconteceu. A nota fiscal de impressão de 3 mil exemplares foi emitida pela gráfica AlphaGraphics, que é exatamente do Geraldo. Mas, segundo documentos analisados aqui, quem de fato imprimiu os livros foi a Santa Edwiges, não foi a Alpha. A Alpha simplesmente emitiu a nota. A Santa Edwiges... Eu ia até perguntar, porque na Santa Edwiges o preço era mais barato. Inclusive, achei estranho isso, porque a própria gráfica AlphaGraphics, do Geraldo Amorim, emitiu notas para a Avant Locações Ltda., a do Bruno, que é a Mkady Comércio e Propaganda em Brindes, e a Vaz e Amorim. E como é que foi emitido isso? A contadora Kátia diz assim: *“Geraldo, vão aí os dados para você emitir as notas. Avant Locações, Mkady*



e Vaz e Amorim, emite aí: 20.530 para o transporte; 30 mil, administrativo; e 16 mil, publicidade”. Ela é que determinava qual era o valor das notas que tinham que ser emitidas, ou seja, notas frias. Então, todas essas prestações de contas foram feitas com notas frias. Apesar de ter sido feito o trabalho, foi impresso? Foi, na gráfica Edwiges, mas a prestação de contas não tem nada a ver com a Santa Edwiges; AlphaGraphics. E essas outras empresas, aí é o caso que o Relator disse. Tem lá um palco. “Ah, não tem nota do palco. Tudo bem, emite lá na empresa tal. Para prestar conta precisa ter a nota tal.” É isso o que eu estou dizendo, na prática, a prestação de contas... E como não tem fiscalização mesmo, nem no físico nem no financeiro, quer dizer, não havia nem acompanhamento da prestação de contas. Não tinha prestação de contas, não era analisado. Também no físico não tinha ninguém do Ministério para ir lá no *show* para saber se era fechado, se era aberto. Não tinha essa fiscalização. É a mesma coisa aqui: você firmou com a gráfica Mazer... Essa gráfica Mazer tinha um acordo com vocês, com a Bellini? Como era esse acordo que vocês tinham com essa gráfica Mazer?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Conforme comentei, esses detalhamentos com relação a notas fiscais etc., como eu não tenho embasamento técnico, porque todas as documentações foram apreendidas e estão lá para fechamento do inquérito, segundo orientação jurídica, a gente vai aguardar a conclusão disso para responder e discutir isso dentro do próprio processo.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você conheceu o Arlício, lá do Ministério?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não. Pessoalmente, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Alguém falou para alguém: “*Ainda temos aquela pessoa lá em Brasília para nos auxiliar dentro do Ministério?*” Você sabe se tinha alguém dentro do Ministério que ajudava a fazer alguma coisa?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não, a não ser profissionais do dia a dia, que era quem atendia...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Era alguém relacionado a vocês, com alguém de vocês, dizendo isso.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não. Pessoas exclusivas que nos atendiam nós não tínhamos. Era tudo feito pelas vias oficiais e normais de qualquer outro...



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não tinha nenhum *lobby*? Ninguém do Ministério e tal?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não. Isso já foi inclusive — se não me engano, é a informação que eu tenho — comprovado pelo inquérito policial.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Essa questão do Odilon com a Cristália, esse *show* privado, foi... Bom, você não sabe. Você falou que talvez não... O Odilon é que exigiu esse *show* ou vocês é que ofereceram ao Odilon o *show*?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Como comentei, eu não participei dessa reunião.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você não sabe.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu nunca fui à Cristália. Eu nunca estive na sede da Cristália.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O Bruno, que era um captador, nunca comentou nada com você sobre o que ele oferecia quando ia à empresa? É o seu irmão.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Era uma discussão normalmente, nas empresas, informal.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Se eu fosse um captador e chegasse na sua empresa...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - O Bruno, pelo que vocês conheceram, é extremamente informal no trato com as pessoas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu digo o seguinte: eu sou um captador e vou lá na sua empresa. "*Felipe, a partir de hoje, eu queria fazer captação.*" Você diria: "*Vai para a rua e faz?*" Ou vocês tinham um treinamento, uma orientação?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - A gente disponibilizava para ele o projeto cultural conforme aprovado e ele tratava de fazer a captação disso. Mas a gente... Inclusive, eu acho... Eu não sei como era o trato dos outros captadores, mas não faz, na minha concepção, sentido sair oferecendo coisas, porque isso, evidentemente, traria, como posso dizer, algumas divergências para o próprio projeto. Então, eu acredito que eles não ofereciam. Eu não posso...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Com relação ao Ministério, vou te fazer uma pergunta: vocês, de 2003 a 2015, tinham *show* fechado. Não adianta dizer que



não sabia, que não tem, porque tinha. Os *shows* eram fechados e negociados. E as empresas só faziam por causa disso, senão não fariam. Tem inclusive uma correspondência em que foi dito assim por um captador: *“Captador fulano de tal, o evento do Credicard Hall não poderemos mais fazer, a comemoração dos 100 anos, pois estamos tendo nossos projetos reprovados quando são fechados para empresas. O Bellini acabou de me informar que só poderemos fazer esses eventos em praças e teatros, mas destinados ao público em geral. Essa é a nova forma que vamos trabalhar daqui para frente”*. Isso foi em meados de 2015. Ou seja, de 2003 a 2015, pelo que está escrito aqui, vocês promoviam isso com a maior naturalidade do mundo. Como o Ministério também não fiscalizava, nunca chegou para você um “não pode” abertamente, pelo que você está me dizendo. Vocês foram inabilitados, entraram com processo administrativo, mas até hoje não sabem a resposta. Então, vocês foram fazendo. Em 2015, alguém disse: *“A partir de hoje os projetos de vocês vão ser reprovados”*. Isso significa dizer que, de 2003 a 2015, os *shows* fechados eram realidade. Tanto é que a Zuleica disse: *“A partir de agora não pode mais”*. Ou seja, para trás podia. Então, eu queria perguntar, para encerrar, porque tem muita...

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Posso só responder?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pode, mas você já aproveita e responde aqui. Tem o cachê dos artistas. Muitos, como você disse aqui... As notas fiscais emitidas pelos artistas de MPB eram discriminadas. Como é que era esse... Por exemplo, você acabou de falar há pouco aqui que alguns artistas não tinham nota fiscal ou recibo. Esses *shows* que eram feitos, na prestação de contas, como entravam essas rubricas? Como é que era feito isso?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Em relação à questão do patrocinador, eu gostaria de fazer um adendo aqui. Se vocês pegarem... É mais ou menos para vocês tentarem olhar sob o prisma de nós, produtores em geral — não estou dizendo só exclusivamente a Bellini, mas a maioria dos produtores —, com relação a essa questão de contrapartidas ilícitas e essas coisas. Pelo art. 23 da própria lei, ela faz uma diferenciação entre doação e patrocínio. Então, a própria lei, nos seus artigos, faz uma diferenciação, em que a doação eles estipulam como sendo exclusivamente você dar o dinheiro sem ter nada em troca. É uma doação, você está dando o dinheiro. Porém, o patrocínio, a própria lei atribui como sendo uma



transferência de numerário com finalidade promocional ou a cobertura, pelo contribuinte do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Então, a própria lei faz uma diferenciação e, dentro dela, autoriza o patrocinador a ter um ganho promocional dentro disso. Eu acho que isso é o que traz uma falha nesse entendimento, porque o limite para esse, digamos assim, promocional é muito vago. Eu acho que há uma grande questão. Diante disso, se vocês pegarem o art. 20 da lei — se não me falha, não estou achando nas minhas coisas —, ele dá ao Ministério da Cultura o prazo de 6 meses para uma análise técnica. Então, a própria lei prevê e dispõe ao Ministério da Cultura um prazo razoável para ser feita uma análise do projeto cultural. Nós temos casos... Este livro aqui, que eu acho que meu pai trouxe, sobre o hipismo brasileiro, que foi o primeiro projeto cultural que ele executou, é de 98. Ele ainda consta como em análise financeira, o projeto. Então, o que eu acho é que houve um entendimento em relação a essas contrapartidas ilícitas; é que, ponderando com relação à possibilidade de contrapartidas promocionais, vinculado ao fato de que projetos, não só nossos, como de outros produtores culturais, que talvez tenham dado contrapartidas, no último entendimento, ilícitas, eram feitas, prestadas as contas, com as contrapartidas, dizendo que o *show* foi feito, local onde foi realizado, com fotos do *show*, etc., essas prestações de contas não eram reprovadas, não eram diligenciadas, questionadas. Muito pelo contrário, eu até tenho um número aqui. Até a data da nossa operação, quando aconteceu a denúncia, a Bellini Cultural tinha realizado 105 projetos culturais, mas apenas 17 desses projetos culturais haviam sido analisados, ou seja, 16% deles. E a totalidade desses 17 projetos culturais tiveram suas prestações de contas aprovadas, dentre eles *shows*, livros, etc. Então, no entendimento da boa-fé, dar aquelas contrapartidas que hoje são chamadas de ilícitas, perante toda essa atmosfera, era uma coisa completamente normal, porque ninguém disse ali que era errado. Em um panorama geral, conforme a CGU apontou, que 90% dos projetos culturais pela Lei Rouanet apresentam irregularidades similares às que foram encontradas na nossa operação, é análogo aqui. É como você pegar uma sala de aula, onde o professor tem a função de orientar e fiscalizar através das suas provas, você ter 90% dos alunos reprovados e você dizer que a culpa é dos alunos. Então, alguma coisa aí está errada. Alguma coisa, de fato, tem que ser revista.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você mencionou aqui a questão da PETROBRAS. Você tem conhecimento se teve algo que não foi através de edital? Tinha isso na PETROBRAS? Eram todos através de editais? Como é que é? Você participou de alguns editais da PETROBRAS?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não. Pelo meu conhecimento, eu posso afirmar com quase 100% de certeza que nós nunca participamos; nenhum projeto nosso foi submetido a nenhum edital. Se foi, foi recusado. Eu não tenho essa informação, porque, como eu comentei, eu...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você sabe se todos os patrocínios da PETROBRAS foram através de editais?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eu acredito que não. Pela informação de mercado que eu tenho, pois não tenho nenhuma comprovação disso, eu sei que ela fazia também alguns patrocínios...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Dirigidos, né?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Dirigidos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Patrocinado. É importante.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não só a PETROBRAS, mas também outras estatais.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - PETROBRAS e Banco do Brasil. Todas as estatais.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Só para concluir, por aí vocês podem ter talvez um horizonte maior.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Os maiores patrocinadores foram as estatais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Agradeço.

Fabio Rabello e Fábio Ralston são captadores? Você conhece?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Eles atuam. O Fábio Rabello é um artista, é pianista. Inclusive, eu não posso manter contato com mais nenhuma das pessoas, mas era, e espero que seja, um grande amigo. Ele é pianista e músico. O Fábio Ralston é captador e produtor cultural também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O Ralston é captador de...



O SR. FELIPE VAZ AMORIM - É captador de projetos e também produtor cultural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É um dos grandes ou médios?

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Não. É pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Agradeço a sua colaboração, Sr. Felipe Vaz Amorim. Como foi dito pelo senhor, e em virtude de sua indignação, peço que nos ajude! Eu, particularmente, acho que não podemos ficar apenas em Grupo Bellini. Temos que avançar. E o senhor, como vítima desse processo, como um dos mais visados, pode sim ajudar a CPI. Não precisa ser publicamente. O senhor pode nos ajudar através de uma informação velada e reservada para o nosso Relator. Certamente, o País vai lhe agradecer, até mesmo porque a gente sabe que, quanto à renúncia, não é só isso o que estão falando. Teve muito mais coisa e o senhor pode nos ajudar. É isso? O senhor pode concluir.

O SR. FELIPE VAZ AMORIM - Fazendo a conclusão, eu gostaria de agradecer esta oportunidade de expor as nossas verdades. Agradeço, de fato, todo o apoio que tenho tido por parte de amigos e familiares. Agradeço à minha esposa, apesar de toda essa dificuldade por que passamos durante esse período. Esse nosso trauma com relação ao casamento certamente é a prova de que o amor vence tudo. Eu queria agradecer a todos os presentes. Estou à disposição, caso queiram algumas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de solicitar a V.Exa. que possamos, eu e V.Exa., com a presença também do advogado dos dois depoentes, nos colocar à disposição deles na Sala das Comissões. Caso se sintam à vontade, de forma reservada, já que citaram aqui que têm conhecimento de outros eventos em que tenha sido oferecido algum tipo de contrapartida não prevista na Lei Rouanet, como mecanismo para se viabilizar a captação, colocamo-nos à disposição deles não só para isso, mas para qualquer outra informação que queiram nos passar de forma reservada, repito, uma vez que não há impedimento nenhum no Regimento para que esta Comissão e seus membros usem de todos os meios lícitos para colher as informações que possam



dar fundamento ao trabalho que nos foi delegado pela Câmara. É importante darmos essa oportunidade aos depoentes, para que, caso queiram, possam colaborar efetivamente, dando-nos mais alguma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem falado e lembrado. Fica aí a oportunidade, então, ao Sr. Felipe e ao Sr. Bruno.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a ser realizada na terça-feira, dia 7 de março, às 14 horas, em plenário a ser informado oportunamente, para depoimento do Sr. Fabio Porchat, Presidente da Academia Latino-Americana de Arte.

Está encerrada a presente reunião.